



RIO NOVA MENTE

O ESTADO EM 2025

PLANO ESTRATÉGICO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2020 - 2025



Secretaria da
Casa Civil e Governança



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

MENSAGEM DO GOVERNADOR	4	4. AONDE QUEREMOS CHEGAR	44
MENSAGEM DO SECRETÁRIO	6	5. SEGURANÇA PÚBLICA	46
APRESENTAÇÃO	8	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	50
1. INOVAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE ESTADO	10	6. SAÚDE	54
1.1 METODOLOGIA	12	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	58
1.2 PLANO ESTRATÉGICO CONECTADO AO PLANO PLURIANUAL (PPA)	14	7. DESENVOLVIMENTO HUMANO	62
2. ONDE ESTAMOS	16	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	66
2.1 2025: 50 ANOS DA FUSÃO DA GUANABARA COM O ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	18	8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	72
2.2 PANORAMA ECONÔMICO	20	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	76
2.3 PANORAMA FISCAL	26	9. CIDADES E MOBILIDADE	82
2.4 PANORAMA SOCIAL	28	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	86
2.5 PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA	30	10. MEIO AMBIENTE	90
3. ESTRATÉGIAS	32	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	94
3.1 RUMO À AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	34	11. GESTÃO PÚBLICA	98
3.2 VISÃO DE FUTURO DAS ÁREAS	36	OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE	102
3.3 VISÃO GERAL DOS OBJETIVOS	38	12. INDICADORES DE RESULTADO	106
3.4 INOVAR PARA REALIZAR	40		
3.5 GOVERNANÇA: LIDERAR COM ESTRATÉGIA	42		

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Há pouco mais de um ano, o Rio de Janeiro passava por uma das mais graves crises de sua história. Iniciamos nossa gestão no Governo do Estado concentrando esforços em organizar a casa, colocar a administração em ordem e, sobretudo, em resgatar a dignidade da população deste estado tão castigado pela incompetência, inoperância e corrupção que dominaram a administração pública fluminense nos últimos anos.

As dificuldades herdadas não nos intimidaram. A confiança que nos foi depositada pelo povo fluminense nos encheu de energia para encarar a empreitada de reerguer o nosso estado, com responsabilidade e comprometimento com a coisa pública. Tivemos muito trabalho e avançamos muito.

Agora, é hora de avançarmos no planejamento sustentável do estado, para promover maior qualidade de vida para os cidadãos fluminenses. Para alcançarmos esse objetivo, publicamos o Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro: mais do que um plano de governo, um plano de Estado.

O prazo de vigência deste Plano não é casual: em 2025, completam-se 50 anos da fusão do antigo Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. O que pretendemos é que, nessa data, o estado esteja em um novo patamar, fiscalmente saneado, com segurança pública e ambiente de negócios que atraiam e incentivem o investimento privado e a geração de emprego e renda. Um estado que garanta saúde e qualidade de vida para sua população, oportunidades para seus jovens e uma educação de olho na formação de capital humano para o futuro.

Com esse novo patamar estabelecido em 2025, e já tendo saído do Regime de Recuperação Fiscal, o estado terá então condições de planejar os 50 anos seguintes. Até lá, para avançar em um ambiente de alta complexidade, com uma sociedade cada vez mais dinâmica do ponto de vista das relações sociais e econômicas, é preciso um planejamento ágil e flexível para se adaptar às mudanças, aproveitar as oportunidades e dirimir os riscos a fim de atender às demandas da população.

Iniciativa inovadora, feita com a participação de equipes de planejamento de diversos órgãos e entidades do Estado, o Plano Estratégico servirá como uma bússola, que guiará os próximos passos para colocar o Rio de Janeiro no caminho do desenvolvimento sustentável.

WILSON WITZEL | GOVERNADOR

MENSAGEM SECRETÁRIO DE ESTADO

Ao assumir o Estado do Rio de Janeiro, o governador Wilson Witzel, convencido da necessidade de se implementar métodos eficientes de gestão, tomou uma importante decisão: acrescentou o termo Governança ao nome da Secretaria da Casa Civil, que passou a se chamar Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

A medida mudou profundamente nossa característica. Reconhecemos a necessidade de fomentar estratégias de governança, num modelo de gestão para resultados, com foco na entrega de melhores serviços e políticas públicas para os cidadãos de todo o estado, contribuindo também para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU).

Assim, o Planejamento Estratégico 2020-2025 do Estado do Rio de Janeiro se apresenta como um norte para a “virada do jogo” que o governo vem realizando. O caderno tem uma série de objetivos inter-relacionados, de caráter transversal e intersetorial que, alcançados de forma individual ou coletiva, contribuirão para elevar a qualidade da segurança pública, saúde, educação, desenvolvimento humano e econômico, mobilidade e meio ambiente, tendo como prioridade a eficiência da gestão, a modernização de sistemas, métodos e processos de trabalho.

Conduzido pela equipe técnica da secretaria de forma inovadora, com o envolvimento de uma rede de servidores em todos os órgãos estratégicos de governo, este planejamento é dinâmico e conectado ao Plano Plurianual 2020-2023. Com a visão de longo prazo e a cadeia de resultados que ele proporciona, criamos condições para estabelecer e fortalecer uma nova cultura, elevando a efetividade das entregas para a toda a sociedade fluminense.

ANDRÉ MOURA | SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

APRESENTAÇÃO

O Rio de Janeiro esteve mergulhado, nos últimos anos, em uma profunda crise econômica, fiscal, social, moral e de segurança pública. Para reerguer o estado, o Governo do Estado acredita que suas ações e políticas sejam estrategicamente planejadas para o médio e longo prazos, dando sustentabilidade à retomada do desenvolvimento do estado e à melhoria na qualidade de vida do povo fluminense.

Em um contexto com complexos problemas, o planejamento precisa ser ágil, a fim de viabilizar a execução do plano no tempo necessário, e flexível, para se adaptar às tendências do futuro. É necessário também criar processos interligados e desenvolver continuamente os servidores, para formar uma cultura colaborativa e voltada para resultados no serviço público.

Foi com essa premissa em mente, que a **Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança** criou uma nova maneira, mais fluida e efetiva, de realizar o Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, por meio da atuação de seu **Laboratório de Aceleração da Eficiência Pública (LAEP)**.

O ano de 2025 marca o aniversário de 50 anos da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975. A perspectiva é que, nesse marco histórico, o RJ tenha alcançado um novo patamar, pós-crise, que sirva como plataforma de lançamento de um novo plano estratégico, para os 50 anos seguintes, proporcionando qualidade de vida para sua população e as melhores experiências para seus visitantes.

O que se busca como legado deste Plano é uma mudança de mentalidade para redescobrir as vocações do Estado do Rio, aproveitando as oportunidades e as forças já existentes, para acelerar o processo de reconstrução.

1. INOVAÇÃO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE ESTADO

Em busca de agilidade e flexibilidade adotou-se a metodologia OBJETIVOS E RESULTADOS-CHAVE (OKR, na sigla em inglês), usada por empresas como Google, Amazon, entre outras, e que no plano internacional já é utilizada também por governos. Essa metodologia preconiza a simplicidade na comunicação, a transparência, o engajamento de equipes e a aprendizagem contínua.

1.1

METODOLOGIA

A metodologia Objetivos e Resultados-Chave (OKR) é uma abordagem usada para definir o que deve ser alcançado e o caminho a ser percorrido, aumentando o foco, o alinhamento e a autonomia das equipes governamentais.

Ao contrário do modelo tradicional de cascadeamento de metas de cima para baixo na organização, na metodologia do OKR as equipes participam da definição das metas e podem revisá-las no tempo, em resposta a mudanças e em alinhamento à estratégia do governo.

Todo o trabalho foi desenhado para gerar colaboração e engajamento. O primeiro passo foi produzir um panorama da situação atual do estado, sob o aspecto econômico, fiscal, demográfico, social e da segurança pública, com o apoio do Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). Esse panorama deu ensejo a uma análise SWOT, para mapear forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o estado.

Paralelamente, a equipe do LAEP, Laboratório de Aceleração da Eficiência Pública da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, realizou entrevistas com o governador, o vice-governador e todo o secretariado do governo, para captar prioridades, riscos, visão de futuro e estratégias de regionalização e integração de políticas e serviços públicos.

Em seguida, **154 pessoas** das equipes de planejamento estratégico indicadas pelas direções de **34 órgãos e entidades** estaduais reuniram-se para **7 oficinas**, uma para cada área de governo: Segurança Pública, Saúde, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Econômico, Cidades e Mobilidade, Meio Ambiente e Gestão Pública. Nessas oficinas foram definidos objetivos multissetoriais e resultados-chave por órgão.

Posteriormente, os resultados-chave foram aperfeiçoados internamente em cada órgão e validados pelos respectivos secretários. Depois, foi feita a priorização e a validação do trabalho pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança e pelo governador, indicando as principais batalhas a serem vencidas até 2025. Também foi realizada uma enquete para captar percepções da população sobre os serviços públicos estaduais.

Os objetivos e resultados-chave do Planejamento Estratégico estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da **Agenda 2030 da ONU**, garantindo uma perspectiva de Estado para o Plano e apontando para um futuro sustentável e inclusivo.

Essa abordagem inovadora catalisou um movimento liderado por servidores, que desenvolveram coletivamente o Planejamento Estratégico do Estado. Com um pensamento futurista, o Plano (2025) transcende o mandato do atual Governo, mostrando um real compromisso com o desenvolvimento do Rio de Janeiro e com a geração de valor público.

ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DAS OFICINAS POR ÁREA DE GOVERNO:

Segurança Pública:

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais
Secretaria de Estado de Polícia Civil
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Instituto de Segurança Pública

Saúde:

Secretaria de Estado de Saúde
Fundação Saúde
Fundação Vital Brasil

Meio Ambiente:

Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade
Instituto Estadual do Ambiente
CEDAE

Desenvolvimento Humano:

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude
Fundação Para a Infância e a Adolescência
UERJ
FAPERJ
FAETEC

Desenvolvimento Econômico:

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Relações Internacionais
Secretaria de Estado de Turismo

Cidades e Mobilidade:

Secretaria de Estado das Cidades
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras
Secretaria de Estado de Transportes
Fundação Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER)
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ)

Gestão Pública:

Controladoria Geral do Estado
Procuradoria Geral do Estado
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Secretaria de Estado de Fazenda
Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais
Vice-Governadoria

1.2 PLANO ESTRATÉGICO CONECTADO AO PLANO PLURIANUAL (PPA)

No processo de trabalho, buscou-se, desde o início, a conexão entre os diversos instrumentos de planejamento do governo. O mais apropriado seria o Planejamento Estratégico ser concluído anteriormente ao Plano Plurianual, encadeando planejamento de longo prazo e planejamento de médio prazo. Porém, no contexto de mudança completa de governo, foi necessário que os desenvolvimentos do **Plano Estratégico 2019-2025** e do **PPA 2019-2023** ocorressem concomitantemente.

Houve um alinhamento constante entre os dois instrumentos, com reuniões periódicas entre as equipes responsáveis, de forma que eles partissem do mesmo diagnóstico e se construíssem em torno de um mesmo conceito básico: a multissetorialidade de objetivos e programas, entendendo que os grandes problemas e desafios do estado só poderão ser superados com ações integradas de órgãos e entidades da administração pública.

Foi realizado um trabalho de correlacionamento entre programas e ações do PPA com, respectivamente, os objetivos e os resultados-chave do Plano Estratégico. Adicionalmente, nas equipes dos órgãos setoriais que participaram do Planejamento Estratégico, buscou-se sempre a inclusão de ao menos um membro que também estivesse à frente da elaboração do PPA em seu órgão. Além de ter economizado recursos financeiros com a concepção do Plano por uma equipe interna, essa ação fortaleceu laços entre secretarias e servidores.

O objetivo é tornar o Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro a referência da “Virada do Jogo”, fortalecendo o governo no seu propósito de criar uma cultura de gestão por resultados, ao mesmo tempo que se inicia um processo de disrupção que irá culminar numa nova era para o Estado.



2. ONDE ESTAMOS

A aproximação dos 50 anos da fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro é um momento oportuno para redescobrir as vocações econômicas das regiões fluminenses, um desafio que permanece desde o começo da segunda metade do século passado, quando a capital federal foi transferida para Brasília.



2.1

2025: 50 ANOS DA FUSÃO DA GUANABARA COM O ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Como chegamos até aqui?

Quais as evidências dessa trajetória?

Quais as consequências para a sociedade e a economia fluminense?

Para contextualizar a trajetória percorrida pelo Estado, de lá para cá, de modo a entender de onde partimos antes de definir aonde queremos chegar, iniciamos este panorama com a exposição de pontos sobre a formação institucional e econômica do estado do Rio de Janeiro. Esta análise foi feita em conjunto com a Fundação Ceperj e a Secretaria de Estado de Fazenda, aproveitando a expertise de servidores e evitando gastos com a contratação de consultorias externas.

ARGUMENTOS GERAIS	CONSEQUÊNCIAS	EVIDÊNCIAS
Cidade do RJ se constituiu como Município Neutro, Distrito Federal e cidade/Estado da Guanabara	Modelo de desenvolvimento fortemente dependente das ações do governo central	Petrobras, CSN, Telemar e Light são responsáveis por mais de 40% da arrecadação do ICMS do estado
Fraca rede de cidades e polos econômicos consolidados nas regiões do estado	Intensa concentração da população, atividades e recursos na metrópole	Região Metropolitana concentra 74% da população do estado
Concentração da atividade econômica na cadeia do petróleo	Rala densidade produtiva: perda de protagonismo da indústria de transformação como motor do desenvolvimento do estado	RJ sai da 2ª posição em número de empregos na indústria da transformação em 1985 para a 6ª posição em 2014.
Economias locais dominadas por atividades pouco indutoras (ex: comércio varejista), dependentes da circulação de renda já existente	Economia mais suscetível a sofrer (e com mais intensidade) os rebatimentos de crises internacionais e nacionais	Fechamento de 10 mil empresas e 514 mil postos de trabalho entre 2014 e 2017 no estado

2.2

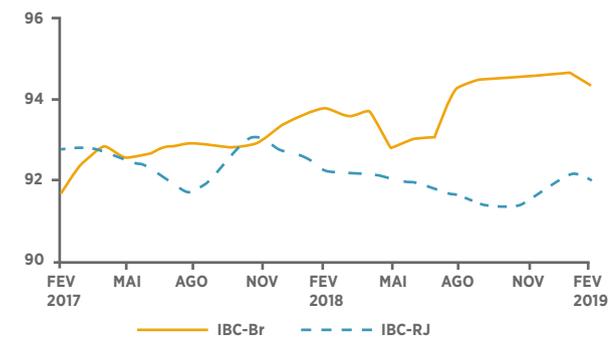
PANORAMA ECONÔMICO

O Estado do Rio de Janeiro tem o 2º Produto Interno Bruto (PIB) da Federação, ficando atrás apenas de São Paulo.

Em 2017, o PIB do estado foi de R\$ 621 bilhões (9,5% do PIB do país)

Conforme diagnosticado no Relatório de Contas do Governo de 2018, da Secretaria de Estado de Fazenda, “o fim das grandes obras públicas e dos investimentos vultosos associados aos Grandes Jogos e ao setor de óleo e gás ocorridos no estado, na virada da primeira metade do decênio de 2010, resultou no aprofundamento da crise regional, com aumento substancial do desemprego. A grave crise no âmbito estadual ensejou abrupta e intensa redução na geração de receita tributária e das Participações Governamentais do estado, ocasionando desequilíbrio ainda mais agudo das contas públicas”.

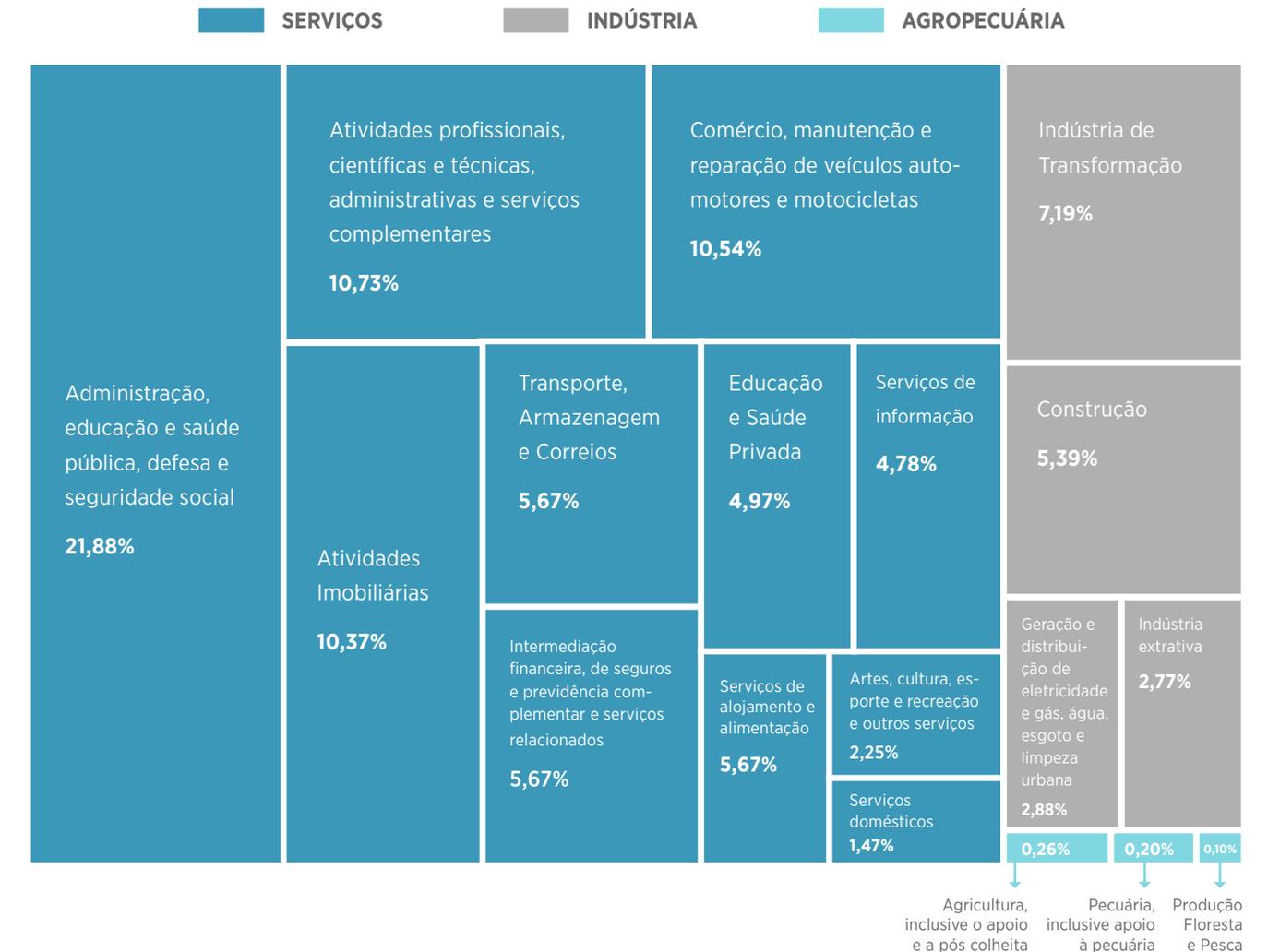
Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Brasil e Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados - Média móvel trimestral 2014 = 100



Fonte: Boletim Regional (Banco Central do Brasil, julho 2019)

Na gráfico ao lado, constam as principais atividades que integram cada um dos três setores econômicos (indústria, agropecuária e serviços), com a participação de cada uma no valor adicionado bruto no estado em 2016, ano mais recente com esse tipo de dados disponível. Na sequência, o valor adicionado por setor da economia e por região do estado.

Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto a Preço Básico do Estado do Rio de Janeiro - 2016



Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ / Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP

Valor Adicionado Bruto por Atividade Econômica, Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per Capita e Impostos sobre Produtos, segundo as Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2016

Regiões de Governo e Municípios	Valor Adicionado Bruto (1000 R\$)					PIB per capita (R\$)
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública	
Estado	541.917.191	3.077.081	98.761.409	321.499.052	118.579.648	38.482
Região Metropolitana	400.635.907	375.711	63.126.312	251.500.137	85.633.747	39.173
Região Noroeste Fluminense	6.755.920	403.153	941.948	3.092.438	2.318.381	22.251
Região Norte Fluminense	38.302.942	615.555	11.989.302	17.696.010	8.002.076	46.408
Região Serrana	24.286.036	901.711	5.078.481	12.520.666	5.785.179	32.519
Região das Baixadas Litorâneas	21.521.585	196.587	4.902.597	10.258.564	6.163.837	28.422
Região do Médio Paraíba	29.260.635	301.430	7.744.936	14.956.978	6.257.290	39.461
Região Centro-Sul Fluminense	7.780.997	195.911	1.782.875	3.768.539	2.033.672	31.292
Região da Costa Verde	13.373.169	87.023	3.194.958	7.705.721	2.385.467	51.932

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP

Três grandes diferenças da economia fluminense em relação à brasileira são:

I- a participação dez vezes menor da agricultura no Estado comparada à média brasileira;

II- a participação do setor da indústria extrativa (petróleo) de 8,8% no Rio de Janeiro contra 2,1% no Brasil, o que, devido aos royalties e participações especiais, tem forte impacto fiscal e agrega volatilidade pelo lado da receita;

III- o setor da Indústria de Transformação que, no Rio de Janeiro, representa 6,9% do PIB do Estado, metade da média nacional de 12,2%, tornando o Rio de Janeiro um importador líquido de bens manufaturados.

#DesafioERJ Colocar o Rio novamente no patamar de representar 12% do PIB nacional

Entre 2010 e 2014 o PIB do Estado representava 12% do PIB nacional. Em 2016, passou a representar apenas 10%, tendo uma das mais lentas recuperações pós-crise entre as UFs. *Fonte: IBGE*

#DesafioERJ Recuperar a participação da indústria estadual no PIB nacional

Em 2006, o ERJ era responsável por 15,6% do PIB industrial brasileiro. Em 2016, era responsável por 8,6% do PIB industrial brasileiro. Essa queda de 7 pontos percentuais foi a maior entre as UFs. A segunda maior queda, de SP, foi de apenas 1,1 ponto percentual. *Fonte: IBGE*

#DesafioERJ Aumentar a participação da agropecuária no valor adicionado bruto do estado e no PIB nacional

Em 2016, a participação da agropecuária no valor adicionado bruto do Estado foi de 0,57%. No ranking de estados pela participação da agropecuária no PIB nacional, o Rio de Janeiro estava na 19ª colocação. *Fonte: IBGE*

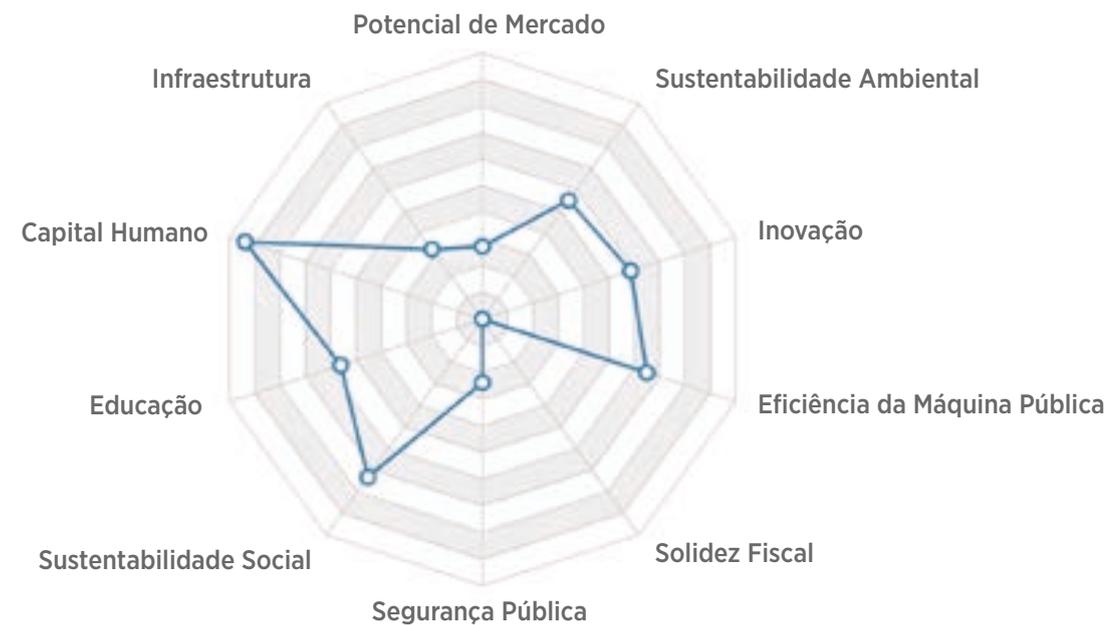
#DesafioERJ Diminuir o tempo gasto no trajeto entre casa e trabalho

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a região do país, onde as pessoas gastam mais tempo nos deslocamentos casa-trabalho-casa. Os 141 minutos diários gastos nesses percursos, em média, totalizaram quase 36 dias de vida de uma pessoa no ano de 2012. *Fonte: IBGE, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ, 2018*

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

O Estado do Rio de Janeiro ficou em 13º lugar no ranking de competitividade dos estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em 2018.

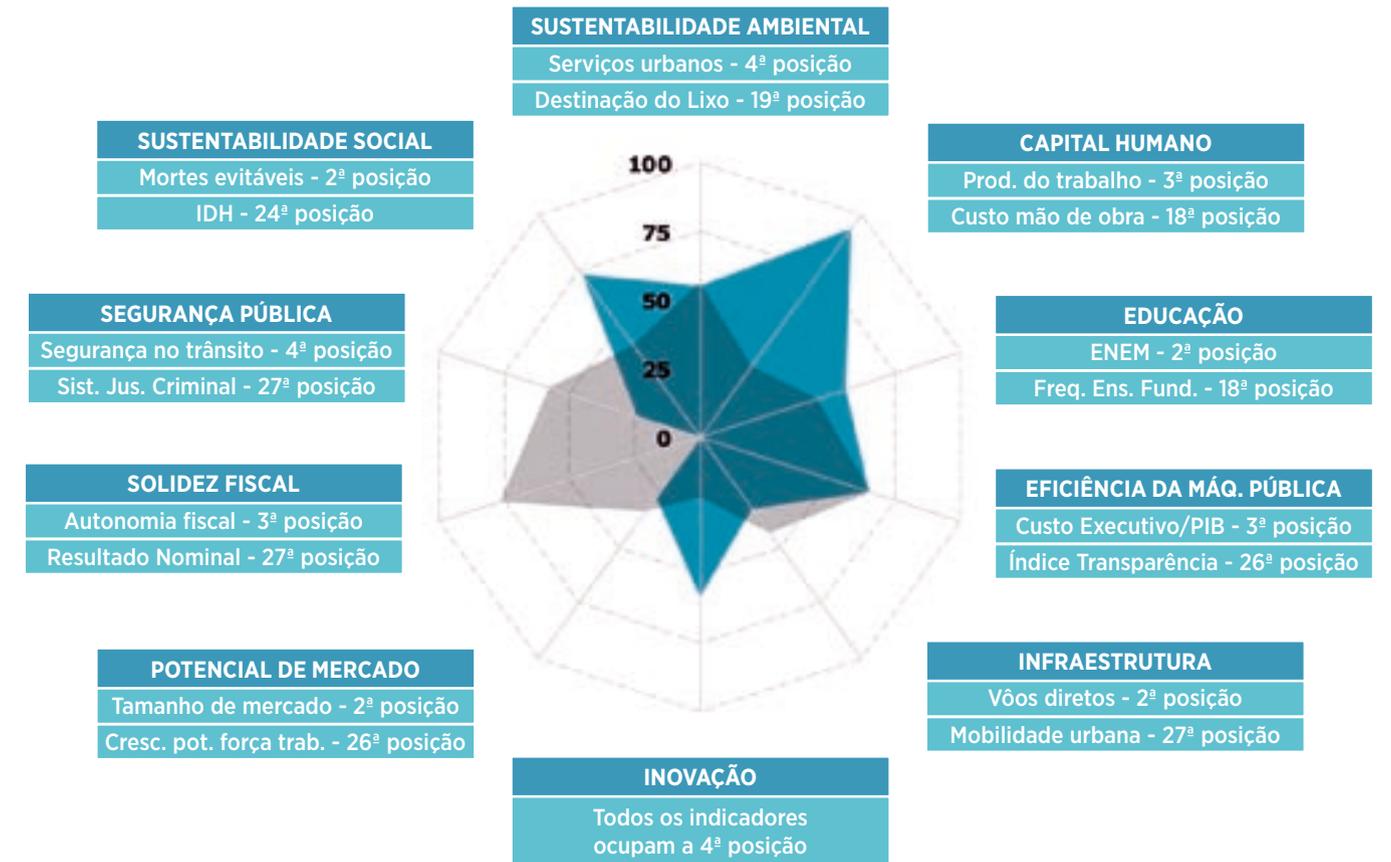
A nota do estado vem caindo paulatinamente, e pela primeira vez nos últimos anos ficou abaixo da média nacional (45,7 x 49,4).



Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP), 2018

Os pilares analisados em que o estado se saiu pior, ficando abaixo da média nacional, foram solidez fiscal, segurança pública, potencial de mercado e infraestrutura. Já os pontos fortes do Estado concentram-se em Capital Humano e Sustentabilidade social.

DESTAQUES POSITIVOS E NEGATIVOS POR PILAR



Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP), 2018

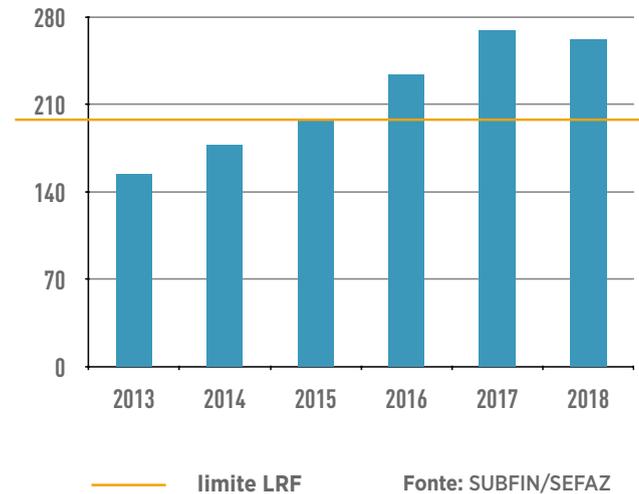
2.3

PANORAMA FISCAL

O recuo na atividade econômica brasileira afetou as finanças de todos os entes federativos, especialmente o estado do Rio de Janeiro, cujas dificuldades decorreram de uma combinação perversa: queda da arrecadação e aumento dos gastos obrigatórios.

O estoque de restos a pagar em dezembro de 2018 chegou a R\$ 18,8 bilhões

O panorama fiscal possui restrições legais associadas à Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que disciplina a gestão das contas públicas, estabelecendo a obrigatoriedade do equilíbrio entre receitas e despesas, além de limites para a dívida pública e gastos com pessoal. Está condicionado também pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ao qual o Governo do Estado aderiu em setembro de 2017. Os indicadores fiscais estabelecidos pela LRF atestam o desequilíbrio das contas públicas, conforme o gráfico ao lado.



#DesafioERJ Retornar ao limite legal da dívida estadual

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece o limite máximo de 200% para o endividamento público, dado pela relação entre Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida. Em 2018, o Estado ultrapassou esse limite, chegando a 270%. *Fonte: Transparência.RJ*



#DesafioERJ Aumentar as receitas do Estado

Em 2013 e 2014, o total geral de receita do ERJ foi de cerca de R\$ 76 bi. Em 2017, esse total geral foi de aproximadamente R\$ 62 bi, valor nominal inferior ao de 2012.

Fonte: Transparência.RJ

#DesafioERJ Diminuir a pressão da previdência sobre o orçamento

A função com maior participação no total das despesas é o da Previdência Social, atingindo quase o dobro do total de gastos da 2ª função mais expressiva no período de 2010 a 2018, a Segurança. *Fonte: Balanço e Recomendações - Sefaz, 2018*

2.4

PANORAMA SOCIAL

O Estado é o terceiro mais populoso do país, com 17 milhões de habitantes, em 2018 (PNAD/IBGE).

Em 2041, o estado deve atingir sua maior população, com cerca de 18 milhões de pessoas. Após essa data, o número de habitantes deve reduzir e apresentar cidadãos mais envelhecidos. Os idosos deverão representar 26,8%, em 2060 (CEPERJ. Aspectos da qualidade de vida: olhar comparativo. Rio de Janeiro: CEPERJ, dez. 2018.).

A relação renda/trabalho se manteve estagnada, em 2018. O nível de informalidade do mercado de trabalho aumentou, com consequências na precarização das relações de trabalho e na insegurança por parte do trabalhador em termos de renda e seguridade social. Além disso, a taxa atual de desocupação do estado do Rio de Janeiro é maior que a média nacional.

Os indicadores de desempenho educacional (Ideb) não têm alcançado as metas estipuladas para os últimos anos. Particularmente no ensino médio e entre a população mais pobre, que enfrenta o dilema entre a continuidade na rede de ensino e a inserção no mundo do trabalho. Por outro lado, a mortalidade infantil vem caindo.

#DesafioERJ Alcançar as metas do Ideb no ensino médio e fundamental

O Estado não conseguiu alcançar as metas estabelecidas para o Ensino Básico, Fundamental e Médio nas últimas edições do Ideb. Os piores desempenhos no Ensino Médio estão concentrados nas áreas urbanas, com população superior a 100 mil habitantes. *Fonte: CEPERJ. Análise dos aspectos sociais da Qualidade de vida da população do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPERJ, dez. 2018.*

#DesafioERJ Diminuir a taxa de mortalidade materna

84,7 mulheres em cada 100 mil morreram em decorrências de complicações pós-parto, em 2017 (Ministério da Saúde). É a pior situação desde 2009 e o estado é o sexto do país mais negligente com a mulher que engravida. *Fonte: IBGE, 2018*

#DesafioERJ Diminuir a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e transmissíveis

O estado apresentou as mais altas taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (247 mortes por 100 mil habitantes) e transmissíveis (48 mortes por 100 mil habitantes), em comparação com ES, MG, SP, BA, RS, em 2016. *Fonte: DATASUS, CEPERJ, 2018*



#DesafioERJ Aumentar a distribuição de riquezas

A renda domiciliar dos 10% mais ricos era quase 15 vezes maior que a dos 40% mais pobres (R\$ 7.176 versus R\$ 483), em 2018. Já o coeficiente de Gini do Estado foi 0,521, mais desigual que ES e MG, em 2017 - o coeficiente de Gini mede a desigualdade social em termos de renda, em que 1 corresponde a uma completa desigualdade. *Fonte: CEPERJ, 2018*

#DesafioERJ Gerar oportunidades de emprego e renda, especialmente para jovens

Cerca de 1,3 milhões de pessoas procuraram emprego e não encontraram, no terceiro semestre de 2018. O estado apresentou uma taxa de desocupação de 14,8%, superior à nacional (11,9%). O desemprego afeta especialmente os jovens de 18 a 24 anos: 36% estão desempregados no estado, contra 27% no Brasil. *Fonte: IBGE/IETS/CEPERJ, 2019*

#DesafioERJ Aumentar o percentual da população beneficiada com coleta e tratamento de esgoto

A condição de precariedade do sistema de saneamento básico permanece em vários municípios que ainda não alcançaram 25% de cobertura nos serviços de coleta e tratamento de esgoto, principalmente na Região Noroeste Fluminense e no Médio Paraíba. *Fonte: CEPERJ, 2018*

#DesafioERJ Gerar condições de habitação adequadas para a população

Vários municípios fluminenses apresentam situações precárias de habitação: 39 contavam com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; 35 tinham cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco; 78 apresentavam loteamentos irregulares e/ou clandestinos. *Fonte: IBGE, 2017*

2.5

PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Os últimos dez anos na área de Segurança Pública foram marcados pela implementação e posterior degradação da política de pacificação, materializada na instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em áreas dominadas por grupos criminosos armados. A primeira UPP, no morro Santa Marta, foi instalada no final de 2008. A partir dali, o programa foi se expandindo, atingindo um total de 12 UPPs ao final de 2010, 18 ao final de 2011, 28 ao final de 2012, 36 ao final de 2013, até atingir o total de 38 em 2014.

Paralelamente a esse processo, em 2009, foi implementado o Sistema Integrado de Metas Estratégicas da Segurança Pública (SIM), com o objetivo de estimular a integração do trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil e a previsão de pagamento de premiação para os policiais de batalhões e delegacias das áreas do estado que atinjam metas estipuladas para a redução de vítimas e ocorrências dos indicadores de letalidade violenta, roubo de rua e roubo de veículo.

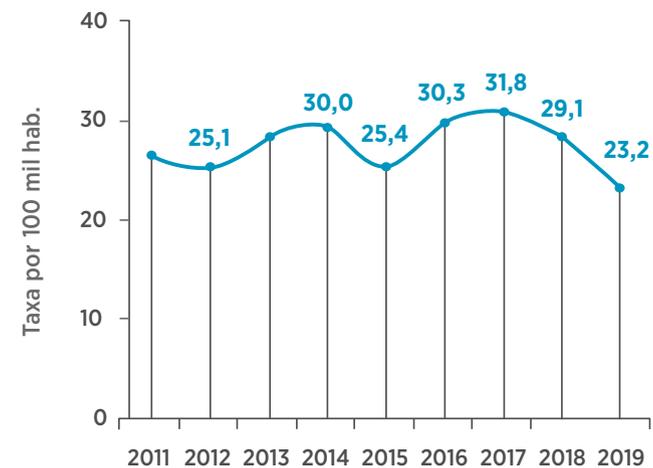
No início da presente década, no auge da Política de Pacificação, os indicadores estratégicos de criminalidade caíram para o mais baixo patamar da série histórica iniciada em 2003. A partir de 2013/2014, porém, esses indicadores foram sofrendo uma piora contínua, mais aguda no caso dos crimes contra o patrimônio, mas também significativa nos crimes contra a vida.

Os números de vítimas de crimes contra a vida e de ocorrências de crime contra o patrimônio entraram em trajetória ascendente, atingindo os níveis mais altos da década em 2016 e 2017, coincidindo com o período mais grave da crise econômica e fiscal do estado.

Essa degradação dos indicadores resultou na decretação de uma intervenção federal na área de segurança pública do estado entre fevereiro e dezembro de 2018, e na extinção de nove UPPs ao longo daquele ano.

A partir do início do segundo quadrimestre de 2018, a trajetória ascendente dos indicadores estratégicos de segurança foi interrompida, e os homicídios dolosos, roubos de veículo e roubo de carga sofreram uma inflexão e entraram em queda na comparação mês a mês com os números de 2017. Em 2019, observou-se uma aceleração da trajetória de queda: o número de vítimas de homicídios dolosos foi o menor da série iniciada em 1991, enquanto as ocorrências de roubo de veículo e de roubo de carga caíram, respectivamente, 24% e 19% em relação a 2018.

Série histórica da taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes do Estado



Fonte: ISP, 2020

#DesafioERJ Reduzir a taxa de homicídio doloso

Em 2018, o Estado teve uma taxa de homicídios de 29,1 vítimas por 100 mil habitantes. Em 2018, foram 4.950 vítimas no estado do Rio, a maioria jovens pardos e negros.

Fonte: FBSP, ISP

#DesafioERJ Diminuir as ocorrências de crime contra o patrimônio

Em 2017, o Estado teve a maior taxa de roubo de veículos do país (831,4 por 100 mil veículos). Em 2018, foram registrados 231,6 mil roubos de todos os tipos no estado

Fonte: FBSP, ISP

#DesafioERJ Reduzir o número de vítimas de feminicídio

Em 2017, a taxa de feminicídio no Estado foi 0,8, superior à de São Paulo (0,5), mas inferior à média nacional (1,7).

Fonte: ISP; Monitor da Violência/G1; IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

3. ESTRATÉGIAS

Para enfrentar os desafios de hoje e do futuro, elaboramos uma estratégia com objetivos audaciosos e construída coletivamente, por equipes transdisciplinares.

Partimos do diagnóstico de que lidar com desafios complexos exige responsabilidades compartilhadas, pois possuem múltiplas causas, são interdependentes e se manifestam em velocidade superior à capacidade adaptativa das instituições do Estado. Desafios como o combate à desigualdade e à criminalidade pressionam a insurgência de novos modelos para planejar e executar políticas públicas.

Por isso, a estratégia foi dividida em 7 áreas, com resultados complementares entre si e conectados ao planejamento de médio prazo do Estado (PPA) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030), para dar mais sustentabilidade, rapidez e qualidade aos serviços públicos estaduais.



3.1 RUMO À AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas resultam de um processo de negociação iniciado na Rio+20, Conferência de Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, em 2012.

Eles representam um acordo firmado, em 2015, entre chefes de Estado, de Governo e da sociedade civil, para alcançar os objetivos até 2030 e superar grandes desafios da humanidade.

Trata-se de uma agenda global, com foco nos três elementos interligados do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social, proteção ao meio ambiente.

A implementação e o sucesso da Agenda 2030 dependem de políticas, planos e programas de desenvolvimento adotados pelos países e entes subnacionais, atuando em parceria colaborativa.

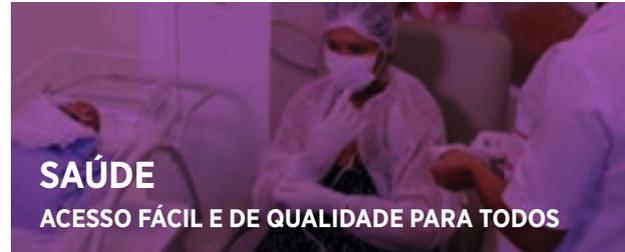
Em compromisso com a Agenda 2030, este Plano Estratégico foi construído sob o legado dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entendendo que o governo estadual tem a responsabilidade de “fazer a ponte” entre o Governo Federal, as prefeituras e as lideranças comunitárias responsáveis pelo desenvolvimento local.

Os objetivos estratégicos definidos pela equipes estaduais contribuem para alcançar os ODS, assim como os resultados-chave favorecem o cumprimento das metas globais. Assim, espera-se que esse trabalho sirva para orientar a priorização de projetos e políticas públicas pelo governo e para construir um estado do Rio de Janeiro melhor para todo o mundo.



3.2

VISÃO DE FUTURO DAS ÁREAS



Em 2025, a população terá melhor acesso aos atendimentos de saúde, mais suporte individual e familiar para prevenir doenças. Os fluxos dos cidadãos nas redes de atenção à saúde serão coordenados regionalmente pelo Estado, com mais resolutividade e qualidade nos serviços.



Em 2025, o estado do Rio de Janeiro estará no caminho do desenvolvimento sustentável de todas as suas regiões, com uma economia alinhada aos novos paradigmas do Século XXI, geradora de emprego de qualidade e renda para os cidadãos fluminenses.



Em 2025, o estado terá mais saúde fiscal e será reconhecido pela nova mentalidade de gerir a coisa pública, com mais transparência e integridade. A população terá acesso a serviços com mais rapidez e qualidade, aproveitando o potencial das tecnologias e dos servidores públicos.



Em 2025, a biodiversidade será melhor preservada, o cidadão fluminense terá maior disponibilidade de água e esgotamento sanitário, em função de uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental.



Em 2025, o cidadão fluminense terá uma vida mais segura, em um estado com instituições de segurança mais eficazes na valorização da vida e no combate à criminalidade.



Em 2025, o cidadão fluminense terá uma vida melhor, em um estado com menos pobreza e desigualdade e com um ensino público de maior qualidade, formando capital humano para o futuro.



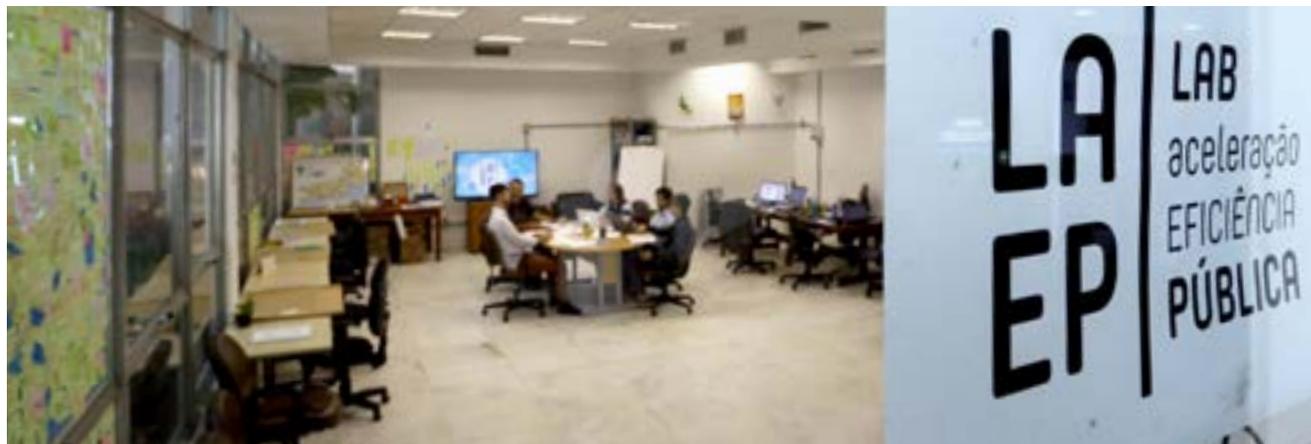
Em 2025, o cidadão fluminense aproveitará de uma infraestrutura urbana mais sustentável, indutora de desenvolvimento regional e facilitadora de transporte público.

3.3

VISÃO GERAL DOS OBJETIVOS

ÁREAS	OBJETIVOS
SEGURANÇA PÚBLICA ODS: 5, 10, 16	Proteger a vida humana e a ordem social Combater a criminalidade e proteger o patrimônio de cidadãos e empresas Intensificar a capacitação do efetivo de agentes de segurança Transformar o sistema prisional em um mecanismo de ressocialização
SAÚDE ODS: 3	Melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população fluminense Conduzir a regionalização dos serviços de saúde, aumentando o atendimento em todo o território Construir, reformar e aparelhar a infraestrutura das unidades estaduais
DESENVOLVIMENTO HUMANO ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10	Aperfeiçoar a qualidade da educação para a formação voltada ao trabalho e à cidadania Valorizar e reconhecer a importância dos profissionais da educação Fortalecer o acesso a políticas com foco na inclusão social Ampliar o acesso de jovens a políticas públicas que promovam inclusão social e qualidade de vida Estimular o uso multidisciplinar dos equipamentos públicos Incentivar a utilização de soluções inovadoras e tecnológicas para o desenvolvimento humano

ÁREAS	OBJETIVOS
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ODS: 2, 7, 8, 9, 14	Diversificar a economia fluminense estimulando o adensamento da estrutura produtiva do Estado Desenvolver a economia das diversas regiões do estado Atrair investimentos e provocar a geração de novos negócios Criar condições para aumentar a empregabilidade da população e a geração qualificada de renda Tornar a cadeia logística estadual fator indutor do desenvolvimento econômico
CIDADES E MOBILIDADE ODS: 11	Desenvolver infraestrutura de qualidade para a população Prover a mobilidade urbana sustentável Construir moradias adequadas para as famílias fluminenses
MEIO AMBIENTE ODS: 6, 12, 13, 15	Aumentar a segurança hídrica da população Ampliar as redes de esgoto e de abastecimento de água e a disposição sanitária de resíduos sólidos Fortalecer a educação ambiental, a conservação e a recuperação da biodiversidade
GESTÃO PÚBLICA ODS: 16, 17	Implantar as melhores práticas de planejamento e gestão Promover o equilíbrio sustentável entre as receitas e despesas do estado Ser reconhecido pelo combate à corrupção e promoção da transparência pública Tornar o estado mais efetivo, digital e eficiente na prestação dos serviços públicos



3.4 INOVAR PARA REALIZAR

Os objetivos estratégicos e seus respectivos resultados-chave devem ser alcançados a partir de visões e práticas inovadoras dentro do Governo. O nível de exigência dos cidadãos nas respostas por parte do Poder Público para os problemas da sociedade, a escassez de recursos fiscais e as novas possibilidades abertas por tecnologias disruptivas demandam cada vez mais criatividade e inovação no trabalho dos servidores públicos.

Foi nesse contexto que em 2019 a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança criou o Laboratório de Aceleração da Eficiência Pública (LAEP), um espaço de estímulo à inovação que utiliza metodologias ágeis para o reenquadramento de problemas e modelagem de soluções direcionadas ao usuário (seja o cidadão dos serviços na ponta, seja o servidor na execução das atividades-meio), além de difundir a mentalidade inovadora entre os servidores, com diversas iniciativas de capacitação e facilitação de eventos.

Esse é um primeiro e indispensável passo para a consolidação de um ambiente inovador no Estado do Rio de Janeiro, que congregue poder público, universidades, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, em prol de um estado mais dinâmico e com melhores serviços, empregos e qualidade de vida para a população.

Nesse processo, a atuação pró-ativa do governo é fundamental, e por isso a resolução de problemas com foco no cidadão a partir de políticas públicas inovadoras e com base em evidências, entendendo que questões complexas demandam soluções transversais que conectem diversos agentes, é o espírito que perpassa a realização de todo o Plano Estratégico.

O Estado precisa de um corpo de servidores dotados de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis para o novo ambiente desejado: mentalidade criativa, coragem para arriscar, resiliência para superar os insucessos inevitáveis em um caminho inovador, inteligência emocional, espírito de cooperação e capacidade de manusear e interpretar dados cada vez mais essenciais na modelagem, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas e projetos.



3.5

GOVERNANÇA: LIDERAR COM ESTRATÉGIA

A governança no setor público compreende uma série de práticas e ações com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, sempre orientada para a melhoria na prestação de serviços à população e na qualidade de vida das pessoas.

Para isso, é preciso integrar e articular os diversos órgãos e entidades, bem como viabilizar entregas com resultados mensuráveis, traduzidos em políticas públicas eficazes.

Para atingir os objetivos, o Planejamento Estratégico é uma ferramenta de priorização e organização de ações, com resultados-chave e metas bem definidas, que dialogam com as expectativas e anseios da população fluminense. Ele também promove uma cultura de inovação em busca da modernização dos sistemas, processos e procedimentos, por meio de uma metodologia ágil focada na gestão para resultados.

A governança do Planejamento Estratégico foi pautada em uma lógica de ampliação de oportunidades e redução de riscos, em resumo, no aumento da eficiência pública. Adotou-se uma política de governança com instrumentos de acompanhamento e monitoramento das ações, na busca de soluções que melhorem o desempenho da gestão e tornem o processo de tomada de decisão mais assertivo e coerente com as diretrizes e prioridades do governo.

O fomento ao uso racional dos recursos públicos, com maior responsabilidade social e fiscal, permite a transparência de dados e informações ao mesmo tempo em que facilita o livre acesso à informação, garantindo maior integridade à gestão.

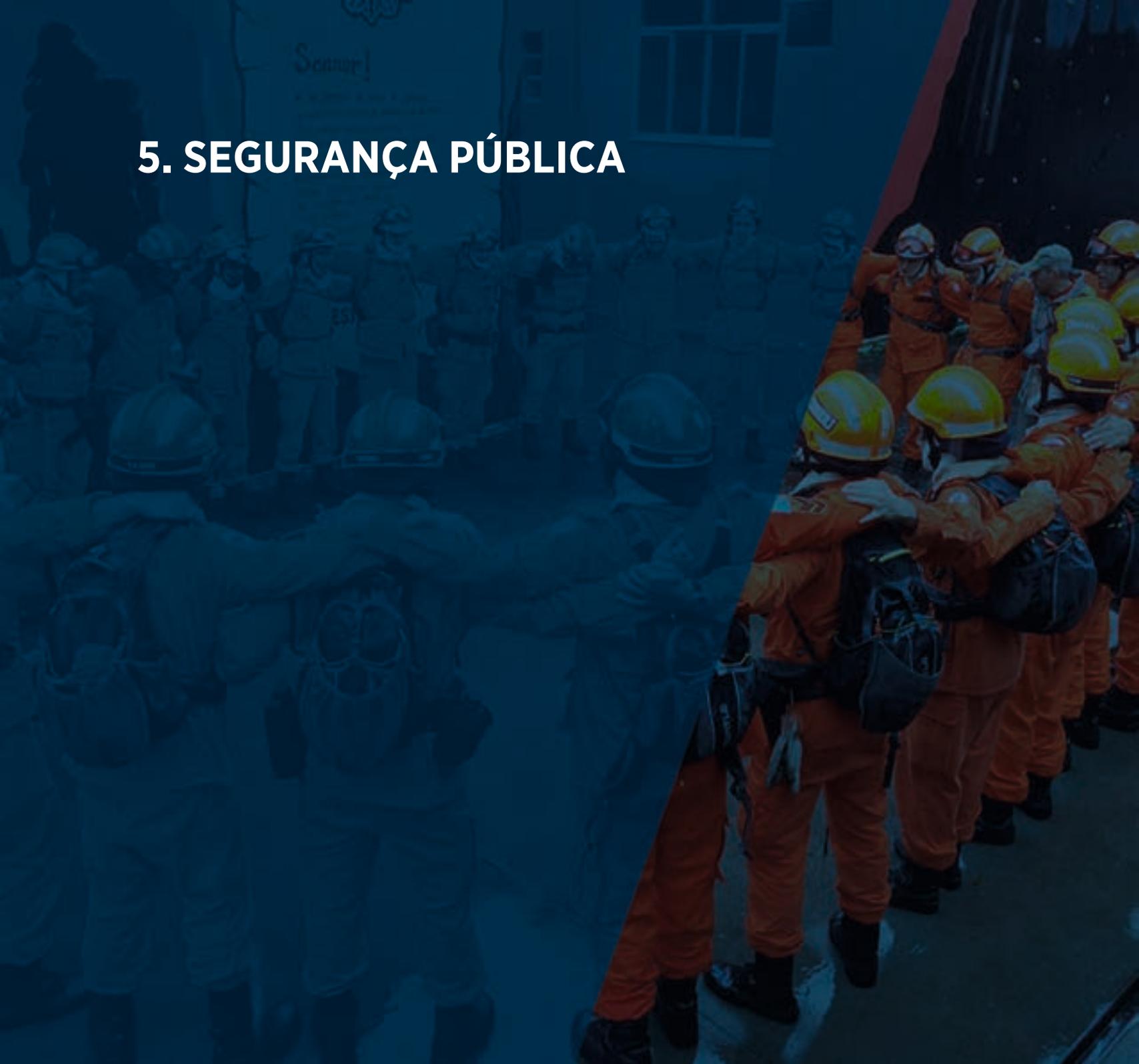


4. AONDE QUEREMOS CHEGAR

UM ESTADO VIBRANTE E CONECTADO, DE GENTE CONFIANTE E FELIZ

Visão 2025: passados os anos de falência financeira, moral e social, o Estado do Rio de Janeiro está se reconstruindo para vibrar na mesma frequência dos cidadãos fluminenses, que se conectam com a natureza e curtem a praia, ao mesmo tempo que aproveitam museus, parques e a noite, pois confiam novamente em um futuro melhor, feliz em participarem desse processo de construção.

5. SEGURANÇA PÚBLICA



MAIS TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA NA PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS FLUMINENSES

De responsabilidade primária do Estado, a segurança é um bem público, cuja efetividade depende da articulação entre órgãos de diferentes poderes e níveis federativos. Sobretudo, a área exige a participação ativa dos cidadãos, por meio de uma relação que demanda confiança e intercâmbio de informações.

Como capacitar constantemente os agentes de segurança para o dia a dia de suas atividades? Como integrar as polícias e o sistema prisional para prevenir e reduzir os crimes violentos e a criminalidade? Como garantir uma boa investigação e a produção de provas para que os criminosos sejam punidos? Como fortalecer a confiança dos cidadãos fluminenses nas instituições de segurança e melhorar o atendimento prestado aos seus usuários? Como promover a reabilitação dos presos e egressos do sistema prisional para integrar essas pessoas à sociedade?



“Violência se combate com boas políticas públicas e com inteligência”

Residente do Estado do Rio de Janeiro

Incorporar uma atuação orientada pela inteligência e pela investigação é um grande desafio para que as ações de segurança se tornem mais eficientes e menos violentas. Para isso, a gestão e a análise de dados são indispensáveis para a otimização dos recursos humanos existentes, bem como para a efetividade do policiamento ostensivo. O combate à criminalidade e à impunidade são missões perenes da Segurança Pública.

A extinção da Secretaria de Estado de Segurança Pública oportunizou o remodelamento da estratégia e da gestão de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, foi possível fornecer autonomia às polícias Civil e Militar, transformando-as em secretarias de Estado, mitigando os impactos das indicações partidárias e suprimindo as carências dessas instituições por meio de investimentos sensíveis.

Ao longo de 2018, a segurança pública do estado do Rio de Janeiro esteve sob Intervenção Federal, com intuito de retomar o controle e a capacidade de atuação dos órgãos estaduais de segurança diante de um cenário em que a população fluminense conviveu com uma onda de insegurança, refletida em altos índices de criminalidade e violência, e em meio aos impactos de uma grande crise financeira, refletida no regime de recuperação fiscal.



O legado desse período de intervenção viabilizou o processo de recuperação do sistema de segurança pública realizado pelo Governo do Estado, com emprego de recursos e esforços em ações que possibilitaram a queda dos principais indicadores de criminalidade, a reaproximação da polícia ostensiva com os cidadãos e a intensificação das investigações para combater o crime organizado, corrupção e lavagem de dinheiro.

A transversalidade e o impacto da segurança pública em todas as demais áreas de governo, como Saúde, Educação, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico não deve ser subestimada. Os altos índices de criminalidade podem afetar o desempenho dos serviços públicos, da economia e, fundamentalmente, abalar a relação de confiança necessária entre a população e a gestão do bem público.



Visando às necessidades da população, os objetivos e resultados-chave da área de segurança pública se concentram em capacitar os agentes de segurança, em preservar a vida e combater a criminalidade, e em transformar o sistema prisional em um mecanismo de ressocialização.

OBJETIVO 1



Proteger a vida humana e a ordem social

Empenhar todos os recursos e esforços necessários no combate aos crimes violentos que atentam contra a vida dos cidadãos fluminenses, agentes públicos de segurança, turistas nacionais e estrangeiros.

RESULTADOS-CHAVE

1. Reduzir a taxa de homicídios do Estado de 29,1 em 2018 para 10,7 por 100 mil habitantes até 2025
2. Reduzir em 20% ao ano a vitimização fatal de policiais militares no Estado até 2025
3. Reduzir as taxas de feminicídio em todos os Batalhões de Polícia Militar do estado até 2025
4. Reduzir em 5% o índice de óbito dos privados de liberdade dentro do sistema penitenciário até 2025
5. Reduzir em 6,7% ao ano o número de mortes em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes até 2025
6. Obter certificado da ONU, reconhecendo o Rio de Janeiro como Estado modelo para enfrentar desastres naturais até 2025
7. Diminuir em 17% o tempo de resposta de atendimento das ocorrências de socorro do Corpo de Bombeiros até 2025
8. Aumentar, progressivamente, a taxa de elucidação de autoria dos crimes de homicídios, até alcançar o patamar de 35%, em 2025

OBJETIVO 2



Combater a criminalidade e proteger o patrimônio de cidadãos e empresas

Avançar no combate ao roubo de cargas, roubo de veículos e nos crimes de rua para diminuir esses índices de criminalidade em todo o Estado.

RESULTADOS-CHAVE

1. Reduzir a taxa de roubo de cargas de 53,9 em 2018 para 21,6 por 100 mil habitantes até 2025
2. Reduzir a taxa de roubo de veículos de 305,9 em 2018 para 116,5 por 100 mil veículos até 2025
3. Reduzir a taxa de roubos de rua de 767,4 em 2018 para 362,0 por 100 mil habitantes até 2025
4. Diminuir em 60% o ingresso de celulares, armas e materiais ilícitos ou entorpecentes nas unidades prisionais até 2025.
5. Ampliar para todos os Batalhões Convencionais o sistema integrado de comunicação de registro de ocorrência entre a Polícia Militar e as Delegacias de Polícia Civil até 2025
6. Ampliar em 10% o número de Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CCS existentes até 2025, para fortalecimento da participação popular
7. Levar o Programa Segurança Presente para 80% dos municípios até 2025

OBJETIVO 3



Intensificar a capacitação do efetivo de agentes de segurança

Aprimorar os conhecimentos e habilidades já desenvolvidos pelo efetivo ativo de agentes de segurança do Estado, por meio de treinamentos, capacitação continuada, cursos de especialização e operacionalização no manuseio dos equipamentos empregados no dia a dia de suas atividades, é imprescindível para o bom desempenho dos serviços de segurança pública.

RESULTADOS-CHAVE

1. Capacitar 250 agentes em proteção e defesa civil, ao ano, em cursos voltados à redução de riscos de desastres até 2025
2. Capacitar 25% do efetivo de policiais militares na ativa em polícia de proximidade até 2025
3. Capacitar 30% ao ano dos policiais civis das unidades especializadas em combate ao crime de homicídio e violência doméstica até 2025
4. Capacitar, a cada ano, 100 policiais civis das unidades especializadas em crimes de combate à corrupção, crime organizado e lavagem de dinheiro até 2025
5. Aumentar em 20% ao ano o número de agentes públicos capacitados em Inteligência de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro até 2025

OBJETIVO 4



Transformar o sistema prisional em um mecanismo de ressocialização

Com apenas uma pequena parcela dos presos do sistema carcerário trabalhando, o estado do Rio de Janeiro encontra-se em um dos últimos lugares entre os estados da Federação nesse quesito. Para reverter esse cenário, é fundamental proporcionar oferta de trabalho e estudo para mão de obra carcerária, como forma de gerar oportunidade para ressocialização, melhoria da qualidade do serviço penitenciário e uma sociedade mais segura.

RESULTADOS-CHAVE

1. Reduzir em, no mínimo, 30% ao ano as ocorrências envolvendo atos de insurgência praticados pelos presos até 2025
2. Alocar 70% dos apenados certificados em cursos profissionalizantes em atividades laborativas até 2025
3. Aumentar em 30% as oportunidades laborativas para empregabilidade dos apenados com perfil adequado até 2025
4. Alocar 20% dos jovens apenados entre 18 a 24 anos com perfil adequado no mercado de trabalho, por meio do Programa Programa Jovem Aprendiz até 2025
5. Aumentar em até 15% o número de novas vagas nas unidades prisionais já existentes até 2025

6. SAÚDE



ACESSO FÁCIL E DE QUALIDADE PARA TODOS

Segmentado em atenção primária, secundária, especializada de alta complexidade, vigilância em saúde, gestão e suprimento de medicamentos e insumos, o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das bases para o bem-estar de uma sociedade. De modo geral, a área da Saúde reflete a importância que um governo concede à qualidade de vida de sua população e ao futuro das próximas gerações.

Como melhorar a saúde e bem-estar? Como melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população fluminense? Como fortalecer a gestão descentralizada e regionalizada do SUS? Como investir em construção e recuperação das unidades estaduais de saúde?



A reflexão sobre esses desafios orientou a construção das prioridades estratégicas da área Saúde para 2025. Promover a saúde e o bem estar e prolongar a expectativa de vida de todas as pessoas, sem distinção de nível social, idade e região é a missão da área.

Atender os cidadãos com agilidade e em condições adequadas é um desafio a ser vencido pelos gestores. O Rio de Janeiro apresenta a necessidade de renovar a infraestrutura hospitalar e garantir a distribuição adequada de equipamentos e insumos médicos. A carência de leitos e a falta de investimentos fizeram com que o estado passasse por uma crise de saúde pública em anos anteriores.

“Penso que devemos ter uma rede de saúde organizada com garantia do acesso independente da classe social. Proporcionar acesso precoce para tratamento das patologias e evitar o agravamento e sua cronicidade.”

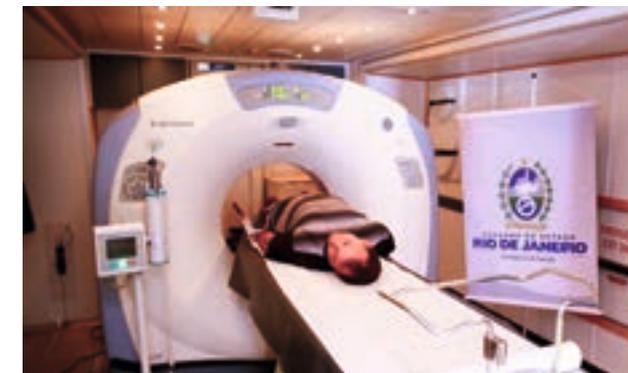
Residente do Estado do Rio de Janeiro

De 2011 a 2018, o estado do Rio de Janeiro teve uma forte redução na quantidade média anual de leitos hospitalares por 1.000 habitantes, ficando abaixo da média nacional, 1,43 x 1,47 (DataSUS; Ceperj, 2018). O que significa que a capacidade de atendimento era inferior à necessidade da população.

A transversalidade de temáticas da área da Saúde é notória. As doenças crônicas impactam o bem estar de toda população, especialmente a vida das pessoas mais vulneráveis. Além disso, a ONU estima que as perdas econômicas para os países de renda média e baixa provenientes de doenças cardiovasculares, tuberculose, câncer e doenças ultrapassem US\$ 7 trilhões até 2025.

É necessário que o sistema da saúde apresente inovações tecnológicas contínuas para passar a ter agilidade nos processos de prevenção, atenção e curadoria da gestão. Apoiar o cofinanciamento dos municípios para que estes possam ampliar e fortalecer a gestão descentralizada e regionalizada do SUS, atendendo a atenção básica e especializada de forma autônoma, é parte fundamental dos objetivos e resultados-chave.

A Saúde possui relevância central para o bem-estar da população. O estado do Rio de Janeiro possui o desafio de, nos próximos anos, ampliar a cobertura dos serviços e reduzir filas, num contexto de envelhecimento da população, em que melhorias deverão ocorrer também na infraestrutura do sistema de saúde.



OBJETIVO 1



Melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população fluminense

O Estado possui 17,8% de domicílios com Insegurança Alimentar e Nutricional - INSAN (PNAD/IBGE, 2013), além de possuir taxa de mortalidade materna 3 vezes superior à recomendada pela Organização Pan Americana de Saúde. Para enfrentar a pobreza e a fome, é preciso fortalecer a atenção nutricional e proteger a saúde, prevenindo agravos e óbitos.

RESULTADOS-CHAVE

1. Desenvolver no mínimo 1 projeto em cada uma das regiões de saúde, a fim de melhorar a qualidade de vida da população fluminense, com foco na alimentação saudável, cessação do tabagismo, redução do uso nocivo do álcool e estímulo às práticas corporais
2. Reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) de 391,93/100mil hab para 346,3/100 mil hab até 2025
3. Construir e equipar 100 espaços para promoção da saúde e práticas corporais, nos moldes do Programa Academia da Saúde do Ministério da Saúde até 2023
4. Ampliar o acesso à Atenção Primária à Saúde, alcançando a razão de uma consulta médica ao ano, em Unidades Básicas de Saúde, por população estimada coberta pela Estratégia de Saúde da Família até 2021
5. Ampliar em 5% ao ano o acesso ao atendimento de Média e Alta Complexidade até 2023
6. Reabrir ao menos 12 restaurantes populares geridos ou cogeridos pelo estado até 2023
7. Implantar programa de orientação esportiva em 300 Academias da Terceira Idade do estado

OBJETIVO 2



Conduzir a regionalização dos serviços de saúde, aumentando o atendimento em todo o território

Cabe ao governo estadual a função de coordenar a gestão regionalizada da saúde no território fluminense, buscando fornecer pronto atendimento médico e exames para a população. É preciso fomentar o melhor aproveitamento de recursos e a cooperação entre municípios, para ampliar serviços de atenção à saúde.

RESULTADOS-CHAVE

1. Apoiar financeiramente 10 municípios, para fortalecimento da atenção oncológica até 2021
2. Apoiar financeiramente 30 municípios, para o fortalecimento da rede de Terapia Renal Substitutiva (hemodiálise) até 2022
3. Garantir o cofinanciamento de 88 municípios, para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial até 2022
4. Garantir o cofinanciamento da RUE (Rede de Urgência e Emergência), por meio da expansão do custeio do SAMU de 4 para 9 regiões e do custeio de 18 municípios para a operacionalização das UPAs 24 horas municipalizadas até 2025
5. Criar Núcleos de Prevenção à Violência e Promoção da Saúde nas 9 regiões de saúde até 2023

OBJETIVO 3



Construir, reformar e aparelhar a infraestrutura das unidades estaduais

Em 2018, o estado do Rio de Janeiro contava com 3.481 leitos hospitalares pertencentes ao SUS: 34% de leitos clínicos, 23% cirúrgicos e 4%, hospitalares, o que significa que a cada mil habitantes, havia 1,35 camas destinadas à internação de pacientes em hospitais vs 1,47, média nacional (DATASUS, 2018). Para solucionar essa carência, é necessário construir novos hospitais, reformar antigos e renovar os equipamentos públicos existentes.

RESULTADOS-CHAVE

1. Construir o Hospital de Oncologia e Cardiovascular (Região Serrana) até 2021
2. Construir 30 UPAs, em substituição às estruturas de container até 2022
3. Construir Novo Hospital Getúlio Vargas, em substituição ao atual (Região Metropolitana I) até 2022
4. Construir Hospital Geral e de Trauma da Baixada Fluminense até 2022
5. Construir Hospital de doenças infecto contagiosas (Região Metropolitana I) até 2022



7. DESENVOLVIMENTO HUMANO

VIDA DIGNA E EDUCAÇÃO DE OLHO NO FUTURO

Nas sociedades do Século XXI, era da revolução das tecnologias de comunicação e produção, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais da força de trabalho, aliado a conhecimentos específicos e à análise científica de dados cada vez mais abundantes, torna-se imprescindível para o desenvolvimento econômico e o crescimento do bem estar social. Juntamente a isso, novos desafios para gestores públicos somam-se a antigos problemas, ainda não superados, na redução das desigualdades sociais e na geração de qualidade de vida em cidades cada vez mais interconectadas e interdependentes.

Quais políticas e ações implantar para aumentar a qualidade do ensino e reduzir a evasão escolar, garantindo a permanência do aluno e o seu interesse pelas aulas? Que iniciativas podem contribuir para a valorização dos profissionais de educação, fundamentais na formação de capital humano qualificado para os desafios do século XXI? Como estruturar políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis, reduzindo a desigualdade social e a extrema pobreza? De que forma utilizar a estrutura pública já existente e as novas tecnologias disponíveis para ofertar serviços com maior qualidade? Como políticas culturais, esportivas e de lazer podem contribuir para a qualidade de vida da população e para a formação cidadã de nossa juventude, afastando-a da criminalidade?

Garantir qualidade de vida para a população, reduzir a pobreza e a desigualdade e investir em capital humano, a fim de gerar um ciclo virtuoso de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Essas são as missões para as quais se voltam objetivos e resultados-chave da área de Desenvolvimento Humano.

O estado do Rio de Janeiro não atingiu as metas nas últimas três edições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ocupando a 20ª posição no ranking nacional em 2017. Isso demonstra uma defasagem no aprendizado dos alunos do estado que precisa ser superada. Em todo o país, a baixa valorização dos profissionais de educação se reflete no fato de que, segundo pesquisa realizada pelo Todos Pela Educação em 2018, quase 50% dos professores não recomendariam a profissão docente a um jovem. Esses são problemas a serem resolvidos dentro e fora da sala de aula, dada a multissetorialidade das políticas públicas de educação e socioassistenciais.

Soma-se a esse quadro o fato de que, segundo dados de 2017, 22,4% da população fluminense tinha rendimento médio de até 1/2 salário mínimo, evidenciando um elevado grau de precariedade nas condições de vida em parcela significativa da sociedade de nosso estado. Especialmente preocupante é a vulnerabilidade de parte expressiva de nossos jovens, tanto pelo aspecto de futuro desperdiçado, quanto pelo conseqüente impacto nos índices de criminalidade, pois essa é a faixa etária com maior risco de envolvimento em atividades criminosas.



“O Governo do Estado precisa quebrar a roda que alimenta a miséria e a criminalidade. Só educação e ações voltadas para os jovens de comunidades carentes podem fazer isso”

Residente do Estado do Rio de Janeiro

A ideia de Desenvolvimento Humano relaciona-se com necessidade de ampliação das liberdades individuais e de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse aspecto, considerações a respeito das desigualdades sociais e da pobreza tornam-se centrais, pois possibilitam uma compreensão abrangente a respeito das reais problemáticas enfrentadas pelos fluminenses.



OBJETIVO 1



Aperfeiçoar a qualidade da educação para a formação voltada ao trabalho e à cidadania

O estado do Rio de Janeiro não atingiu as metas nas últimas três edições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ocupando a 20ª posição no ranking nacional em 2017. Isso demonstra uma defasagem no aprendizado dos alunos do estado que precisa ser superada. É necessário implementar ações que aumentem a qualidade do ensino e reduzam a evasão escolar, garantindo a permanência do aluno e o seu interesse pelas aulas, para elevar o nível de aprendizado no estado.

RESULTADOS-CHAVE

1. Elevar a nota do IDEB do Ensino Médio na rede estadual de 3,3 em 2018 para 4,9 em 2025
2. Reduzir para 35% a taxa de distorção idade-série dos alunos não matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) até 2024
3. Zerar a carência docente e de equipe escolar até 2025
4. Implantar em 80% das escolas da rede currículo escolar em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular até 2023
5. Ampliar o programa de reforço escolar para atender 80% dos alunos do Ensino Médio em 2023
6. Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas da rede, até 2024
7. Aumentar em, pelo menos, 50% o número de instituições conveniadas para internacionalização da rede pública de ensino e pesquisa da Ciência, Tecnologia e Inovação, até 2025
8. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional, até 2025

OBJETIVO 2



Valorizar e reconhecer a importância dos profissionais da educação

A valorização dos profissionais da educação é peça-chave nas sociedades com os melhores níveis de aprendizado. A valorização se dá não apenas pelo aspecto remuneratório - ainda que ele deva estar presente -, mas também através da capacitação continuada dos profissionais, pela disseminação junto à sociedade da importância dos profissionais da educação, pela escuta ativa de seus anseios e pelo melhor aproveitamento das habilidades e conhecimentos específicos de cada um. É uma questão tão importante que mereceu um objetivo específico no Plano Estratégico, não se restringindo a ser um resultado dentro do objetivo geral de ampliação da qualidade do ensino.

RESULTADOS-CHAVE

1. Assegurar a oferta de formação continuada em sua respectiva área de atuação para 85% dos profissionais de educação da rede estadual até 2024
2. Ampliar para, no mínimo, 50% o percentual dos professores da rede com titulação acadêmica de Pós-graduação até 2024
3. Realizar a avaliação de desempenho em mais de 80% dos profissionais da rede estadual de educação, até 2025
4. Diminuir em 10% o número de profissionais da rede de educação afastados por motivos de saúde até 2025
5. Garantir, até 2025, que 90% dos professores da rede possuam sua jornada de trabalho integralizada em apenas uma escola
6. Implantar trilha de capacitação para gestores das unidades da rede pública de ensino e pesquisa da Ciência, Tecnologia e Inovação até 2020
7. Realizar, até 2025, 300 capacitações voltadas para a rede de profissionais de educação física do estado, incluindo atividade para pessoas com deficiência

OBJETIVO 3



Fortalecer o acesso a políticas com foco na inclusão social

Em 2017, 22,4% da população do estado tinha rendimento médio até 1/2 salário mínimo. Possibilitar acesso a políticas públicas, sobretudo por parte das populações mais vulneráveis, é tarefa imprescindível para o estado, garantindo para todos os cidadãos os direitos fundamentais previstos na Constituição. A garantia dos direitos fundamentais é a base para o combate à pobreza, a redução das desigualdades e a proteção das parcelas da população em situação de vulnerabilidade.

RESULTADOS-CHAVE

1. Aumentar, até 2024, para 85% a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio (população de 15 a 17 anos)
2. Zerar o déficit de vagas na rede pública estadual de educação básica, suprimindo as demandas nas regiões onde não há oferta suficiente, até 2025
3. Garantir que até 2025 80% dos equipamentos esportivos geridos pelo estado tenham acessibilidade, promovendo a inclusão da pessoa com deficiência
4. Implantar 15 novas academias voltadas para pessoas com deficiência até 2023
5. Reimplantar o programa estadual de transferência de renda, atendendo 80% das famílias em situação de extrema pobreza, até 2024
6. Ampliar de 5 para 19 o número de Unidades Especializadas no Atendimento à Mulher até 2025
7. Ampliar em 10 o número de Pontos de Cultura, atingindo todas as regiões do estado do Rio de Janeiro até 2023

OBJETIVO 4



Ampliar o acesso de jovens a políticas públicas que promovam inclusão social e qualidade de vida

Garantir aos jovens do estado amplo acesso à cidadania e a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, de modo a inseri-los na vida harmoniosa em sociedade e impedir que sigam o caminho da criminalidade.

RESULTADOS-CHAVE

1. Implantar uma unidade escolar para surdos, por Regional, na rede estadual do Rio de Janeiro até 2024
2. Levar projetos de iniciação ao esporte para 50% dos municípios do estado até o final de 2020
3. Ampliar, até 2022, em 50% o número de modalidades esportivas em todos os Centros de Referência da Juventude geridos pelo estado, sendo desse total metade destinada a modalidades femininas
4. Ampliar de 500 para 3.000 o número de jovens do Programa Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA) estagiando nos órgãos da Administração Pública Estadual até 2025
5. Implantar, até 2022, programa de premiação por desempenho escolar para alunos da rede estadual de ensino em situação de vulnerabilidade social

OBJETIVO 5



Estimular o uso multidisciplinar dos equipamentos públicos

Os equipamentos públicos do estado devem ser espaço para a integração de diversos serviços e para a oferta, pelo estado, de políticas públicas e programas de diversas áreas de governo, voltadas para o bem estar da população fluminense.

RESULTADOS-CHAVE

1. Aumentar para 250 as unidades escolares da rede estadual atendidas por projetos que disponibilizem para a população suas instalações/equipamentos aos finais de semana para ações culturais, esportivas e sociais, até 2025
2. Aumentar em 10% a visitação dos equipamentos culturais estaduais, para promover a cultura como elemento transformador e de exercício da cidadania até 2023
3. Aumentar em 10% ao ano as ações de proteção do patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro, para conservação das diversas expressões da cultura presentes no território fluminense

OBJETIVO 6



Incentivar a utilização de soluções inovadoras e tecnológicas para o desenvolvimento humano

Dentro do conceito de Governo Digital, as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam que os serviços, programas e políticas públicas desenvolvidos pelo estado sejam potencializados em sua efetividade, e facilitados e ampliados em seu acesso.

RESULTADOS-CHAVE

1. Dotar 75% das unidades escolares com equipamentos adequados às novas tecnologias pedagógicas até 2025
2. Garantir o acesso à internet de alta velocidade até 2020 para 85% das unidades escolares
3. Implantar modelos de ambientes educacionais inovadores e alfabetização tecnocientífica em 25% das escolas da rede até 2025
4. Criar 8 espaços inovativos (“Hubs”) que aproximem os agentes do ecossistema de inovação até 2023

8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIVERSIFICAÇÃO, EMPREGO E RENDA

A área do Desenvolvimento Econômico refere-se não somente aos indicadores de produtividade em determinados contextos, mas, fundamentalmente, ao processo de construção das relações de troca entre os indivíduos e entidades de uma sociedade. Diferentemente do pensamento do período industrial, a simples expansão econômica não mais contempla as necessidades das sociedades do século XXI. Por meio de diversificação da estrutura produtiva e da geração de emprego e renda, a área deve atuar no sentido de possibilitar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida e de retirar o estado do cenário de crise econômica.

Como reverter o quadro de crise econômica do estado do Rio de Janeiro? Quais políticas adotar para diversificar e adensar a estrutura produtiva fluminense, tornando-a menos dependente do setor de óleo e gás? De que forma melhorar o ambiente de negócios no estado e garantir a infraestrutura energética e logística necessárias para a retomada do crescimento econômico?



Buscar respostas para essas questões, de modo a possibilitar a retomada do crescimento sustentável da economia fluminense e a geração de emprego e renda no estado é a principal missão visada pelos objetivos e resultados-chave da área de desenvolvimento econômico do Plano Estratégico.

O alto grau de dependência em relação ao setor de óleo e gás torna a economia do estado mais vulnerável à volatilidade desse mercado e a fatores externos. No último período, esse cenário foi agravado pelos efeitos, sobre a Petrobras e as empreiteiras com importante atuação no estado, do desvendamento de casos de corrupção envolvendo o poder público. Como resultado dessa soma de fatores, o movimento de saída do quadro recessivo se dá de forma mais lenta no estado do Rio de Janeiro do que na média nacional.

A presença de centros de pesquisa e produção de tecnologia de ponta, vinculados a universidades, assim como o potencial turístico e cultural, e a diversidade regional do estado constituem-se em oportunidades para consolidar um processo de diversificação e adensamento da estrutura produtiva do Rio de Janeiro, impulsionando a geração de renda e de empregos mais bem remunerados. Por outro lado, o desenvolvimento econômico do estado encontra-se desestimulado, em virtude dos altos índices de violência e das burocracias ineficazes impostas pela má gestão pública.

“O estado do Rio de Janeiro está perdendo relevância econômica devido ao ambiente desfavorável aos negócios”

Residente do Estado do Rio de Janeiro

O desafio que se impõe ao desenvolvimento econômico é o de agir de forma planejada e de integrar agentes públicos, a partir dessas oportunidades identificadas, a fim de melhorar o ambiente de negócios do estado e a infraestrutura da cadeia logística e de possibilitar o adensamento da estrutura produtiva e seu espraio pelas diversas regiões do estado.



OBJETIVO 1



Diversificar a economia fluminense estimulando o adensamento da estrutura produtiva do Estado

No acumulado de 2002 a 2016, o Valor Adicionado Bruto do Estado do Rio de Janeiro teve expansão de 23,1%, contra expansão de 38,5% da média nacional. Quando olhamos apenas para a indústria de transformação no mesmo período, houve regressão de 17,2% para o estado e expansão de 8,4% para a média nacional (IBGE). O desempenho do Rio de Janeiro se deve em grande parte ao baixo valor agregado da produção local pela falta de adensamento de relevantes cadeias de produção, e a uma grande concentração no setor de óleo e gás, altamente volátil. É preciso diversificar a estrutura produtiva no estado, na direção de uma indústria de transformação e de uma estrutura inovadora de serviços de altos valores agregados.

RESULTADOS-CHAVE

1. Aumentar em 2% a participação da economia criativa na atividade econômica do estado do Rio de Janeiro até 2023
2. Dobrar o valor do PIB do setor agropecuário no Estado do Rio de Janeiro até 2025
3. Aumentar em 20% a produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro até 2025
4. Aumentar em 15% a produção da aquicultura no estado do Rio de Janeiro até 2025
5. Estruturar 10 cooperativas de produtores rurais e agricultores familiares até 2023
6. Aumentar de 30% para 60% a participação dos produtos agropecuários fluminenses no total consumido no estado do Rio de Janeiro até 2025
7. Aumentar em 10% o fluxo do turismo internacional no Estado até 2022
8. Aumentar em, no mínimo, 15% o fluxo do turismo doméstico no Estado até 2022
9. Adicionar 8 novos Arranjos Produtivos Locais (APL) até 2025, totalizando 14 APLs no Estado

OBJETIVO 2



Desenvolver a economia das diversas regiões do estado

Quase 70% do PIB do estado hoje estão concentrados na Região Metropolitana, o que também leva a uma alta concentração populacional (Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro). É preciso interiorizar as atividades econômicas do estado, inclusive descobrindo novas vocações de cada região, a partir de uma ação coordenada pelo Estado.

RESULTADOS-CHAVE

1. Criar, até 2022, três cinemas de rua nos municípios de Cordeiro, São Pedro D'Aldeia e São Fidélis
2. Acelerar 500 projetos da cadeia produtiva agropecuária (café, leite, cana de açúcar, floricultura, fruticultura, lúpulo, carnes) distribuídos entre todas regiões estaduais até 2023
3. Triplicar, até 2025, a produção de cana no semiárido e diversificar com outros produtos, por meio do emprego de técnicas de irrigação e manejo
4. Aumentar em 10% ao ano a quantidade de eventos realizados no interior do estado até 2022
5. Realizar 40 rodadas de negócios no estado de 2020 até 2023, com pelo menos 20% no interior

OBJETIVO 3



Atrair investimentos e provocar a geração de novos negócios

O Estado do Rio de Janeiro ficou apenas na 13ª posição do Ranking de Competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública, em 2018. Há muito a se aperfeiçoar no ambiente de negócios, estimulando e apoiando o empresário que queira empreender, e reduzindo a burocracia para a abertura de negócios.

RESULTADOS-CHAVE

1. Aumentar em 10% ao ano o número de projetos culturais fomentados no estado até 2023
2. Viabilizar 365 projetos de produções audiovisuais no estado, por meio do Rio Office Film Commission ao ano, a partir de 2020
3. Captar e aplicar R\$ 2 bilhões em crédito rural até 2025
4. Aumentar de 10% para 30% as compras públicas dos produtores rurais do estado até 2025
5. Diminuir, até 2025, de 2 horas para 40 minutos o tempo de autenticação dos julgamentos similares para abertura de empresas
6. Aumentar em 65% o volume de crédito concedido para micro, pequenas e médias empresas até 2025
7. Expandir o programa Rio Poupa Tempo em 20 unidades, até 2025, na Região Metropolitana, totalizando 24 unidades
8. Aumentar em 10% ao ano as instalações de novos empreendimentos do setor turístico no interior do estado até 2022
9. Zerar o passivo de processos de licenciamento ambiental até 2022

OBJETIVO 4



Criar condições para aumentar a empregabilidade da população e a geração qualificada de renda

Uma estrutura produtiva de alto valor agregado demanda força de trabalho altamente qualificada. O estado do Rio de Janeiro tem algumas das principais universidades do país e uma ampla rede de escolas técnicas. Porém, a crise econômica e de segurança atravessada nos últimos anos provocou uma fuga de cérebros do estado. É preciso criar condições para essa força de trabalho retornar ao Rio, aprimorar a formação de trabalhadores qualificados e atrair trabalhadores de ponta de outros estados e países.

RESULTADOS-CHAVE

1. Capacitar 40 mil produtores em convênio com escolas agropecuárias até 2023
2. Disponibilizar 8.654 vagas para qualificação profissional até 2023 na Casa do Trabalhador
3. Disponibilizar 17.080 vagas para orientação/qualificação profissional de jovens até 2023
4. Disponibilizar 3.840 vagas para orientação/qualificação profissional de pessoas com deficiência até 2023 na Casa da Inclusão
5. Disponibilizar 1.482 vagas de qualificação/orientação sobre economia solidária para formação até 2023

OBJETIVO 5



Tornar a cadeia logística estadual fator indutor do desenvolvimento econômico

Garantir a infraestrutura logística para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas é papel indispensável do poder público estadual para a dinamização da economia fluminense e a retomada do crescimento na geração de emprego e renda.

RESULTADOS-CHAVE

1. Recuperar 16 mil km de estradas vicinais até 2025
2. Aumentar em 12% a capacidade instalada de energias renováveis até 2025
3. Aumentar em 50% a capacidade instalada de outras fontes energéticas até 2025
4. Assinar contrato de concessão das rodovias RJ-122, RJ-158, RJ-160 e RJ-186 até 2020
5. Assinar contrato da RJ-244 (Porto do Açu x BR 101) em 2020
6. Assinar contrato de concessão para requalificação da Estação do Metrô Botafogo até 2020



9. CIDADES E MOBILIDADE

CIDADES, TRANSPORTES E HABITAÇÕES SEGURAS E SUSTENTÁVEIS

A urbanização é uma das mega tendências globais do nosso tempo e pode ter um efeito catalisador positivo no desenvolvimento da economia e das condições de vida da população. Ao mesmo tempo, o adensamento urbano pode agravar distâncias territoriais e sociais, pressionando por novas tecnologias de compartilhamento de transporte público e por novos modelos de habitação. Por isso, essa área abrange temas de mobilidade urbana, acesso à moradia e infraestrutura.

Como proporcionar acesso a transportes seguros e a preço acessível para todos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos?



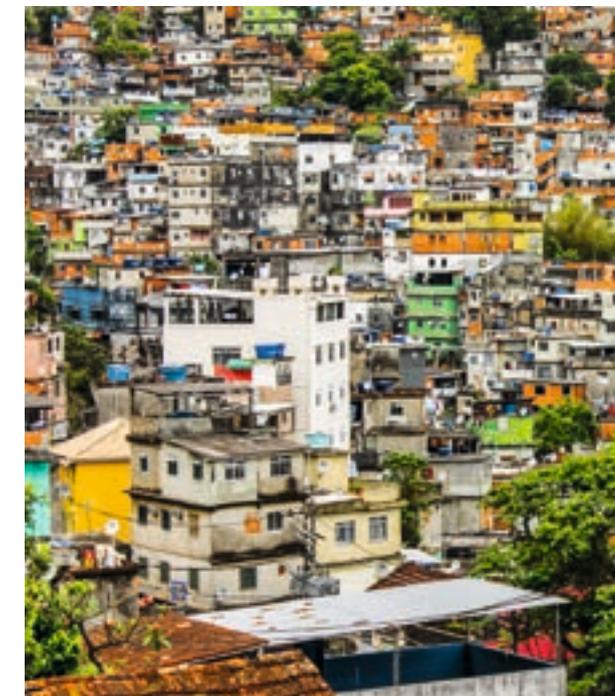
Alta concentração populacional na Região Metropolitana, infraestrutura escassa e dificuldade de mobilidade, déficit habitacional, necessidade de reordenamento das áreas carentes e necessidade de regularização fundiária são missões a serem vencidas pela área de Mobilidade Urbana. As desigualdades territoriais, econômicas e sociais constituem-se como um dos principais obstáculos para a gestão e o planejamento das cidades.

“O transporte público é muito caro para uma condução que mal tem assento, demora muito, não tem ar condicionado, as portas não funcionam e tem assaltos constantes.”

Residente do Estado do Rio de Janeiro



Quando se compara o tempo médio gasto com transporte entre as regiões metropolitanas, o trabalhador fluminense é o que gasta mais tempo e dinheiro com o trânsito casa-trabalho-casa. Somente na capital, um fluxo diário médio de dois milhões de pessoas se deslocam de outros municípios para a capital Rio de Janeiro. O estado deve buscar encontrar alternativas para viabilizar soluções de mobilidade para a sociedade, tornando, assim, o transporte público uma opção segura, acessível e sustentável.



Os problemas de infraestrutura são presentes e constantes no estado. Muitos domicílios ainda se encontram em ruas sem identificação, sem pavimentação e sem saneamento. Desde questões relacionadas à mobilidade urbana quanto de regularização domiciliar, a área de Cidades e Mobilidade possui um desafio permanente até 2025, um compromisso de tornar o espaço fluminense mais acolhedor com a sociedade.

OBJETIVO 1



Desenvolver infraestrutura de qualidade para a população

No estado do Rio de Janeiro, há carência em infraestrutura urbana, principalmente na periferia metropolitana. Para reverter este cenário, é necessário investir em transporte público coletivo (metrô, ônibus, trem, barca, VLT, BRT, bonde), transporte de carga (aeroporto, porto, ferrovia) e infraestrutura (saneamento básico, rodovias, segurança das encostas).

RESULTADOS-CHAVE

1. Eliminar riscos estruturais da estação de metrô Gávea até 2020
2. Ampliar o sistema de bondes de Santa Teresa, dos atuais 4,8 km para 8,7 km até 2021, incorporando uma estação (Silvestre) e atendendo um número 46% maior de passageiros em 2020
3. Ampliar o aeroporto de Angra dos Reis, possibilitando aumento na movimentação de passageiros em 150% até 2023 e 350% até 2036 (convênio com Governo Federal)
4. Implantar, até 2020, novo acesso ao porto, a fim de reduzir o impacto viário no Centro do Rio, beneficiando 15 mil motoristas (20% dos usuários da Ponte Rio Niterói) que acessam o Centro do Rio em direção à Zona Norte.
5. Aumentar a confiabilidade do Sistema de Transporte de Passageiros por embarcações do Estado, reduzindo a idade média da frota de 25 para 20 anos até 2021
6. Melhorar trechos rodoviários estaduais existentes de 650 km, até 2025
7. Recuperar 61 pontos críticos de erodibilidade de solo e encostas das rodovias estaduais até 2022

OBJETIVO 2



Prover a mobilidade urbana sustentável

A população do estado do Rio de Janeiro demora muito tempo e gasta grande parte do salário no deslocamento casa-trabalho-casa. A fim de diminuir o tempo e valor gastos nesse deslocamento, é preciso haver uma maior oferta, integração no transporte coletivo regular, independente do modal (metrô, ônibus, trem, barca, VLT, BRT, bonde), e melhor gestão da bilhetagem eletrônica.

RESULTADOS-CHAVE

1. Viabilizar atendimento a 90.000 usuários/dia, por meio da construção de novos terminais hidrovíários, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão de novas linhas hidrovíárias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro até 2022
2. Reduzir a análise e o tempo de entrega do benefício do vale social no sistema intermunicipal de 40 dias para 15 dias até 2023
3. Unificar a Gratuidade Intermunicipal e Intramunicipal em 70% dos municípios até 2023
4. Atualizar o Plano Diretor de Transportes Urbanos da região metropolitana até 2025
5. Combater, retirando de circulação, uma média mensal de pelo menos 40 veículos irregulares de transporte de passageiros, ampliando este número para 60 até junho de 2020
6. Realizar a licitação das linhas de ônibus intermunicipais até 2020
7. Realizar a licitação das linhas de vans intermunicipais até 2020
8. Reativar o teleférico do alemão com 6 estações com capacidade de transportar 30.000 pessoas/dia até 2021

OBJETIVO 3



Construir moradias adequadas para as famílias fluminenses

Muitos cidadãos vivem em áreas carentes, com baixa infraestrutura social e urbana, sem pavimentação e com esgoto a céu aberto. Ainda convivem com a distância do trabalho, escassez de serviços públicos e infraestrutura. Para reordenar estas áreas é preciso haver investimentos em programas que criem condições para disponibilizar uma maior oferta em moradia, transporte, infraestrutura social, urbana e serviços.

RESULTADOS-CHAVE

- 1.** Construir vilas com habitação de interesse social destinada a idosos com autonomia e estudantes da área da saúde, via PPP, impactando 400 pessoas até 2021
- 2.** Viabilizar intervenções na infraestrutura social e urbana (água, energia, esgoto, lixo e telecomunicações), da comunidade do Tabajaras, Vidigal e Providência, impactando aproximadamente 25.000 pessoas até 2022
- 3.** Implantar a urbanização e infraestrutura de saneamento básico em áreas consolidadas por comunidades de baixa renda, para atender 8.000 famílias/ano até 2022
- 4.** Implantar equipamentos comunitários urbanos em comunidades carentes de serviços públicos, em parceria com Prefeituras Municipais com recursos do FEHIS para atender 500 famílias/ano até 2022
- 5.** Implantar soluções técnicas e jurídicas para a legalização de conjuntos habitacionais, para atender em média 5.000 famílias/ano até 2022
- 6.** Disponibilizar habitação para até 1.000 famílias/ano com renda até 3 salários mínimos, até 2022
- 7.** Disponibilizar habitação com comercialização para atender em média 10.000 famílias/ano com renda até 5.5 salários mínimos até 2022



10. MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE HOJE E DAS FUTURAS GERAÇÕES

A agenda de Meio Ambiente tem se intensificado progressivamente. Os atuais problemas ecológicos decorrem, majoritariamente, da ação humana e apresentam impacto em dimensões local, regional, nacional e global. Para o Estado do Rio de Janeiro, o propósito do desenvolvimento sustentável deve satisfazer as necessidades atuais dos cidadãos fluminenses, sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Nesse sentido, a área de Meio Ambiente consiste em conciliar o uso racional dos recursos do nosso estado, preservar as espécies e assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Como promover a gestão ambiental dos recursos naturais e do uso da água no estado do Rio de Janeiro? Como o estado pode melhorar os índices de saneamento ambiental? Como promover a educação ambiental no dia a dia dos cidadãos fluminenses? Como promover a conservação e recuperação da biodiversidade? Esses são os questionamentos centrais apontados pelas equipes técnicas.

Por contar com significativo apelo e engajamento de cidadãos, movimentos sociais, empresas privadas e organismos internacionais, o tema vem tendo crescente destaque e importância na pauta política de governos no Brasil e no mundo. Por essa razão, avanços nas temáticas de proteção ambiental e recuperação da biodiversidade no estado do Rio de Janeiro devem contemplar a necessidade de modernizar o processo de licenciamento ambiental e coibir irregularidades, intensificando as ações de fiscalização, repressão e combate aos crimes e danos praticados contra o meio ambiente. A estruturação de uma política pública de saneamento básico e de despoluição da Baía de Guanabara constituem outras importantes missões dessa área.

Em 2018, com recursos financeiros e técnicos aportados pelo governo estadual e um consórcio de empresas, iniciou-se um aprimoramento nas condições de Saneamento Básico, que hoje chega a um patamar de cobertura de esgotamento sanitário de 75% e tem como destaque a despoluição da Baía de Guanabara. Por outro lado, destaca-se uma insuficiência na cobertura de coleta de lixo no estado, que faz com que moradores de áreas carentes ainda convivam com o lixo a céu aberto em volta das suas casas.

Devido à possibilidade de disseminação de doenças, a atenção com o lixo a céu aberto é elemento de atenção para os gestores públicos, em função da interconexão com a área de Saúde Pública. A promoção da educação ambiental é, nesse aspecto, fundamental para semear a ideia de que quase tudo que usamos para viver vem da natureza e mais tarde voltará a ela.



Potencial fonte de emprego, renda e energia, a gestão sustentável dos recursos é imprescindível para que se estabeleça avanços com relação à destinação correta, sustentável e circular dos resíduos sólidos. O uso múltiplo da água também apresenta potencial de geração de valor para o estado, perpassando pela expansão das fontes disponíveis, pela segurança hídrica e por alternativas de abastecimento para as regiões distantes das principais bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e do Guandu.

As prioridades estratégicas da área de Meio Ambiente estão orientadas para promover a gestão sustentável dos recursos naturais e do uso múltiplo da água, para fortalecer a conservação e recuperação da biodiversidade do estado do Rio de Janeiro e para tornar a educação ambiental presente no cotidiano dos cidadãos fluminenses, melhorando os índices de saneamento ambiental.

Conscientizar a sociedade sobre a importância das missões da área do Meio Ambiente é fundamental para provocar mudanças significativas nas atitudes dos cidadãos fluminenses. Os objetivos e resultados-chave planejados até 2025 são orientados por uma trajetória de sustentabilidade e de proteção ao meio ambiente.

“O Estado tem tudo para ser referência nacional em proteção dos ecossistemas e gestão ambientalmente sustentável e, por isso, os programas ambientais precisam ter continuidade.”

Residente do Estado do Rio de Janeiro

OBJETIVO 1



Aumentar a segurança hídrica para a população

A preservação ambiental, aliada aos desafios de aumento populacional, desmatamento, mudanças climáticas e limitações dos cursos hídricos, são os desafios dos dias atuais. A crise hídrica reforça a necessidade de desenvolvimento de estratégias que considerem a perenidade do acesso à água e previnam o desabastecimento. A fim de se atingir estes objetivos, é preciso aprimorar os mecanismos de gestão dos recursos hídricos, fortalecendo seu monitoramento e proteção.

RESULTADOS-CHAVE

1. Criar o Plano Estadual de Segurança Hídrica baseado em quatro pilares: abastecimento humano, desenvolvimento econômico, qualidade ambiental e prevenção dos riscos associados aos eventos hidrológicos críticos até 2022
2. Restaurar 500 hectares em áreas prioritárias para a segurança hídrica do estado até 2022

OBJETIVO 2



Ampliar as redes de esgoto e de abastecimento de água e a disposição sanitária de resíduos sólidos

38,6% da população metropolitana do Rio de Janeiro não é atendida por rede de coleta de esgoto e outros 31,4% possui rede de coleta, porém sem tratamento. Focar no saneamento básico, despoluição e pautas ambientais urbanas será fundamental para melhorar os índices de saneamento ambiental.

RESULTADOS-CHAVE

1. Reduzir em 20% a destinação de lodo nos aterros sanitários até 2022
2. Ampliar o sistema de esgotamento sanitário para 53,2% até 2022
3. Fechar os 9 lixões ainda ativos no Estado até 2022
4. Elaborar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 100% dos municípios da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara até 2022
5. Ampliar o sistema de água para 89% até 2022

OBJETIVO 3



Fortalecer a educação ambiental, a conservação e a recuperação da biodiversidade

O desmatamento e a segurança hídrica são temas constantes em pauta quando se trata da área do meio ambiente. Com o crescente desmatamento, dependência do rio Paraíba do Sul, elevado consumo de água per capita com desigualdade na distribuição, será necessário fortalecer a educação ambiental, intensificar as vistorias nas matas, conservação e recuperação da biodiversidade.

RESULTADOS-CHAVE

1. Desenvolver ações educativas e oportunidades de aprendizagem em 90% dos municípios fluminenses, por meio da expansão de espaços de convivência sustentáveis até 2022
2. Realizar 1200 vistorias, para coibir desmatamento no estado até 2022
3. Aumentar em 15% o número de visitantes nos parques estaduais até 2022



11. GESTÃO PÚBLICA

CORAGEM PARA FAZER DIFERENTE

Acompanhar a dinâmica da vida moderna é um desafio para qualquer gestor público no século XXI. Exigências crescentes da sociedade, restrições fiscais, novas tecnologias, os problemas são cada vez mais traiçoeiros e intratáveis, com causas múltiplas e interconectadas, sinalizando os limites dos modelos tradicionais de gestão e a necessidade de se adotar novas formas de governar.

Como garantir maior transparência, eficiência e participação da população nas decisões? Como oferecer serviços públicos de maior qualidade em um cenário de recursos escassos? Como prevenir e combater a corrupção? Como construir um ambiente motivador e investir no potencial dos servidores públicos? Essas são algumas das perguntas norteadoras das prioridades estratégicas da área de gestão pública definidas pelas equipes estaduais coordenadoras de processos de gestão, arrecadação, controle interno e integridade, que impactam toda a administração pública.



“A burocracia ainda é enorme! Abram os dados das secretarias, integrem cadastros. O governo tem que ser digital. Processos online e com big data são fortes aliados no combate às propinas e ‘jeitinhos’. Utilizem robôs e tecnologia para responder ao cidadão.”

Residente do Estado do Rio de Janeiro

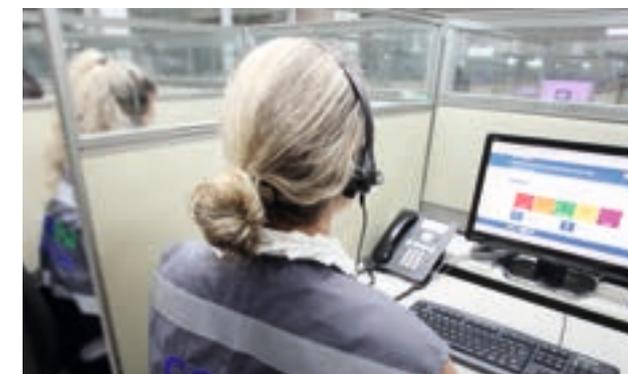
Promover o equilíbrio sustentável entre receitas e despesas do Estado, combater a corrupção, acelerar a eficiência e a transparência pública, com uso intensivo de tecnologias e melhor aproveitamento do potencial dos servidores públicos. Essas são as missões da área de gestão pública.

Ao final de 2018, o estoque de restos a pagar do Estado era de R\$ 18,8 bilhões. O Rio de Janeiro ocupava a última posição no pilar “Solidez Fiscal” do Ranking de Competitividade dos Estados (CLP) e, no médio prazo, ainda precisa atender às rígidas restrições do Regime de Recuperação Fiscal. Constava também na penúltima posição na Escala Brasil Transparente (CGU), evidenciando a divulgação insuficiente de dados para a população sobre receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, obras públicas, lista de servidores, entre outros.

O aperfeiçoamento da gestão pública é instrumento fundamental para uma prestação eficiente dos serviços para o cidadão fluminense. Devido à transversalidade de suas temáticas, os aprimoramentos em gestão possuem efeito direto e indireto em todas as demais áreas do Plano Estratégico, atuando como um fator indutor das estratégias a serem implantadas pelos gestores públicos.

Dentre os principais objetivos e resultados chave estão elevar a qualidade do gasto público; aumentar a arrecadação; ampliar os canais de transparência; combater sonegações fiscais e fraudes em contratos públicos; promover uma cultura de integridade; aumentar a valorização dos servidores públicos e tornar o Estado mais efetivo na prestação de serviços públicos.

Os caminhos para alcançar esses objetivos passam pela busca de novas maneiras de gerir a coisa pública, com diálogo e coragem para superar rivalidades políticas, além de foco e energia para provocar mudanças e gerar resultados para a população.



OBJETIVO 1



Implantar as melhores práticas de planejamento e gestão

Fortalecer a governança conduzindo os processos do setor público de uma maneira eficiente, com investimento na capacitação dos servidores e comprometimento com a consistência e a legitimidade dos contratos públicos e processos licitatórios.

RESULTADOS-CHAVE

1. Criar um Plano de Governança do Estado até 2020
2. Instituir um Plano Diretor unificado de qualificação até 2021, para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos servidores
3. Capacitar servidores nas temáticas das redes de Planejamento, Orçamento, Logística, Compras e Recursos Humanos em 90% dos órgãos do estado até 2022
4. Implantar o sistema de leitura e integração de base de dados para a detecção de inconsistências, ilicitudes e conflitos de interesses nos contratos públicos e editais de licitação até 2020
5. Qualificar 90% dos gestores e agentes públicos que atuam diretamente na celebração, condução e fiscalização de processos licitatórios e contratos públicos de todos os órgãos até 2022

OBJETIVO 2



Promover o equilíbrio sustentável entre as receitas e despesas do estado

Realizar ações para alcançar o equilíbrio financeiro das contas do estado, otimizando o gasto público de forma eficiente, diminuindo os riscos dos investimentos e garantindo o aumento das receitas por meio de auditorias e controles.

RESULTADOS-CHAVE

1. Auditar 80% dos contratos continuados que ultrapassem individualmente R\$ 5 milhões anuais até 2025
2. Gerar impacto estimado de R\$ 100 milhões por ano de receita retornada aos cofres do erário público, em função de acordos de leniência firmados, a partir de 2020
3. Reduzir em 67% o número de inscrições de inadimplência e irregularidades estaduais no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) até 2020
4. Mitigar os riscos de sustentabilidade orçamentária de 100% dos investimentos do Poder Executivo até 2022
5. Implantar modelo de projeção de receita, para aumentar a acuracidade da projeção de receitas em 2020
6. Aumentar em 3% a arrecadação do estado do Rio de Janeiro em 2020

OBJETIVO 3



Ser reconhecido pelo combate à corrupção e promoção da transparência pública

Defender o interesse público sobre os interesses privados no setor público, por meio de mecanismos e arranjos institucionais que garantam uma gestão pública adequada, imparcial e eficiente, capaz de entregar resultados para a população fluminense de forma correta, honesta e contrária à corrupção.

RESULTADOS-CHAVE

1. Implantar o Teste de Integridade com foco no âmbito administrativo, para combater corrupção e condutas ilícitas entre os servidores públicos até 2020
2. Prevenir fraudes em todos os contratos públicos até 2022 com, no mínimo, 85% de desempenho
3. 90% dos Órgãos/Secretarias capacitados em questões relacionadas à Integridade Pública até 2022
4. Implantar mecanismos de detecção de sonegação fiscal e corrupção em 2020
5. Implantar o Portal de Transparência Pública do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Lei Estadual 7.989/18 até 2020
6. Aumentar em 30%, até 2022, a nota do Estado do Rio de Janeiro no ranking da Escala Transparência Brasil, organizado pela CGU em relação à publicação de 2018
7. Implantar instrumentos de controle social previstos na Carta de Serviços ao Cidadão em 90% dos órgãos e entidades do poder executivo estadual até 2022

OBJETIVO 4



Tornar o estado mais efetivo, digital e eficiente na prestação de serviços públicos

Utilizar o potencial de transformação das tecnologias digitais para inovar e simplificar a relação entre governo e sociedade, servindo aos usuários do serviço público - cidadãos, negócios e agências - de forma rápida, efetiva, desburocratizada, promovendo também o acesso ao uso de dados abertos.

RESULTADOS-CHAVE

1. Constituir uma política de governança de tecnologia da informação e comunicação até 2020
2. Estabelecer uma política de segurança de informação até 2020
3. Instituir uma política de dados abertos no Estado, iniciando em, pelo menos, 3 órgãos da administração pública direta ou indireta até 2021
4. Convergir as bases de dados de, pelo menos, 3 órgãos da administração pública direta ou indireta até 2022
5. Implantar o processo administrativo eletrônico em todo o Poder Executivo Estadual, aumentando a segurança, transparência e economicidade na gestão de processos até 2021
6. Disponibilizar 50% dos serviços públicos digitais no portal do Estado até 2022

12. INDICADORES

A expectativa com a divulgação de um Quadro de Indicadores é ter prioridades bem estabelecidas e focadas nas necessidades da população fluminense. Os indicadores devem orientar a ação do governo e o ajuste da estratégia governamental, subsidiando a revisão do planejamento no Estado. Eles servem também para medir o alcance do Plano Estratégico e do Plano Plurianual (PPA), sendo um instrumento de controle social.

Com a direção de governo definida, informada em evidências, é preciso ainda coordenar ações e fomentar um senso de missão compartilhada em torno dos objetivos estratégicos e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Para começar, a cúpula da Administração Pública estadual deve indicar líderes responsáveis por desenhar soluções multisetoriais para os desafios do Estado. À Casa Civil cabe conduzir esse trabalho, com a responsabilidade de alinhar estratégias em planos, programas e políticas públicas, formar equipes, monitorar e avaliar os resultados alcançados, além de acelerar projetos estratégicos. Assim, o governo pode ter impacto positivo na vida da população.

ÁREAS	INDICADORES	DIREÇÃO
SEGURANÇA PÚBLICA	Número de armas apreendidas	Aumentar
	Taxa de ocorrências de roubo de rua	Reduzir
	Taxa de ocorrências de roubo de veículo	Reduzir
	Taxa de ocorrências de roubo de carga	Reduzir
	Taxa de elucidação de autoria de crimes de letalidade violenta	Aumentar
	Número de ocorrências de apreensão de drogas	Aumentar
	Número de armas apreendidas em presídios	Aumentar
	Número de celulares apreendidos em presídios	Aumentar
	Taxa de vítimas de letalidade violenta	Reduzir
	Taxa de vítimas de homicídio doloso	Reduzir
	Número de mulheres vítimas de homicídios dolosos	Reduzir
	Número de casos registrados de estupro contra mulheres	Reduzir
	Tempo de resposta de atendimento das ocorrências de socorro dos Bombeiros	Reduzir
ODS: 10, 16	Número de vagas disponibilizadas em presídios	Aumentar
SAÚDE	Valor total de repasses financeiros aos municípios pela Saúde	Aumentar
	Tempo médio de espera dos pacientes que requerem medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica -CEAF	Reduzir
	Taxa de leitos hospitalares do SUS por 1.000 habitantes	Aumentar
	Cobertura de exames de imagem - mamografia	Aumentar
ODS: 3		

ÁREAS	INDICADORES	DIREÇÃO
SAÚDE	Taxa de Mortalidade por Doenças Infecciosas e Parasitárias	Reduzir
	Esperança de vida ao nascer	Aumentar
	Proporção de nascidos vivos de mães residentes com sete ou mais consultas pré-natal	Aumentar
	Taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano)	Reduzir
	Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	Reduzir
	Crianças menores de 5 anos com peso baixo ou muito baixo para a idade (índice peso/idade) - População acompanhada	Reduzir
	ODS: 3	Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das Doenças Crônicas não transmissíveis - DCNT
DESENVOLVIMENTO HUMANO	Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo	Aumentar
	Proporção de jovens que não trabalham nem estudam	Reduzir
	Taxa de aprovação escolar total no Ensino médio	Aumentar
	Taxa de reprovação escolar total no Ensino médio	Reduzir
	Taxa de abandono escolar no Ensino médio	Reduzir
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio	Aumentar
	Taxa de distorção idade-série - ensino médio	Reduzir
	Percentual de equipamentos esportivos geridos pelo Estado com acessibilidade	Aumentar
	Percentual de municípios com projetos de iniciação ao esporte implantados	Aumentar
	ODS: 1, 4, 5, 6, 9, 10	Número de visitantes dos equipamentos culturais estaduais

ÁREAS	INDICADORES	DIREÇÃO
DESENVOLVIMENTO HUMANO	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	Aumentar
	Índice de Gini no Estado do Rio de Janeiro	Reduzir
	Intensidade da desigualdade de renda (Palma - 10% mais ricos/40% mais pobres)	Reduzir
	Proporção de pessoas em situação de pobreza no Estado do Rio de Janeiro	Reduzir
	Proporção de pessoas em situação de pobreza extrema no Estado do Rio de Janeiro	Reduzir
	Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que não possuem acesso ao esgotamento sanitário	Reduzir
	Percentual de estabelecimentos de Educação Básica que não possuem acesso a quadras esportivas	Reduzir
ODS: 1, 4, 5, 6, 9, 10		
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Número de empresas inseridas nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo Estado do Rio de Janeiro	Aumentar
	Taxa de ocupação hoteleira na capital	Aumentar
	Taxa de ocupação hoteleira no interior	Aumentar
	Concessão de Crédito Rural	Aumentar
	Concessão de Crédito para micro, pequenas e médias empresas	Aumentar
	Taxa de colocação de trabalhadores inscritos	Aumentar
	Taxa de desocupação (desemprego)	Reduzir
	Rendimento médio	Aumentar
	Percentual de informais entre os ocupados de 15 anos ou mais	Reduzir
ODS: 4, 7, 8, 16		

ÁREAS	INDICADORES	DIREÇÃO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Produto Interno Bruto	Aumentar
	Produto Interno Bruto per capita	Aumentar
	Participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB do Brasil	Aumentar
	Valor agregado bruto do setor industrial	Aumentar
	Participação estimada do PIB Criativo no PIB Total do Estado do Rio de Janeiro	Aumentar
	Participação dos Empregados Criativos no Total de Empregados do Estado	Aumentar
	Valor agregado bruto do setor agropecuário	Aumentar
	Participação do Estado do Rio de Janeiro no mercado brasileiro de Software e Serviços	Aumentar
	Número de Startups no Estado do Rio de Janeiro	Aumentar
	Capacidade instalada de energias renováveis no Estado	Aumentar
	Capacidade instalada de outras fontes energéticas no Estado	Aumentar
	Taxa de pedidos de patentes depositados no INPI por pesquisadores financiados pela FAPERJ	Aumentar
	ODS: 4, 7, 8, 16	
CIDADES E MOBILIDADE	Proporção de pessoas residindo em moradias com algum tipo de restrição no Estado do Rio de Janeiro	Reduzir
	Número de assentamentos/comunidades beneficiados com ações e/ou projetos que visam à regularização fundiária plena	Aumentar
	Evolução da malha rodoviária pavimentada total	Aumentar
	Tempo médio de deslocamento casa-trabalho nas regiões metropolitanas	Reduzir
	Número de óbitos em acidentes de trânsito	Reduzir
ODS: 11, 16		

ÁREAS	INDICADORES	DIREÇÃO
MEIO AMBIENTE	Percentual da população urbana beneficiada com o Tratamento de Esgoto	Aumentar
	Percentual de resíduos sólidos urbanos gerados no Estado, destinados para aterros sanitários	Aumentar
	Índice de perda na distribuição de água	Reduzir
	Percentual de moradores em domicílios com disponibilidade da rede geral de distribuição de água	Aumentar
	Índice de Qualidade das Águas	Aumentar
	Área conservada total	Aumentar
ODS: 6, 13	Extensão de margem de rios recuperados	Aumentar
GESTÃO PÚBLICA	Relação percentual entre o total de despesas empenhadas nos programas finalísticos e a despesa total do Estado	Aumentar
	Classificação do Estado em Rankings de Transparência Fiscal	Aumentar
	Percentual de Endividamento sobre a Receita Corrente Líquida	Reduzir
	Taxa de resolutividade das reclamações fundamentadas no PROCON	Aumentar
ODS: 16, 17		



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Wilson Witzel

Vice Governador

Cláudio Castro

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

André Moura

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

Cleiton de Souza Rodrigues

Secretaria de Estado da Fazenda

Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais

Lucas Tristão

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

Bruno Kazuhiro Otsuka Nunes

Secretaria de Estado de Polícia Militar

Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda

Secretaria de Estado de Polícia Civil

Delegado Marcus Vinícius Braga

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Cel. PM Alexandre Azevedo de Jesus

Secretaria de Estado de Defesa Civil

Cel. BM Roberto Robadey Costa Junior

Secretaria de Estado de Saúde

Edmar Santos

Secretaria de Estado de Educação

Pedro Henrique Fernandes da Silva

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Leonardo Rodrigues

Secretaria de Estado de Transportes

Delmo Manuel Pinho

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Altineu Côrtes

Secretaria de Estado de Agricultura, Agropecuária, Pesca e Abastecimento

Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

Danielle Barros

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Fernanda Titonel

Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

Felipe Bornier

Secretaria de Estado de Turismo

Otávio Leite

Secretaria de Estado das Cidades

Juarez Fialho

Controladoria Geral do Estado

Hormindo Bicudo Neto

Gabinete de Segurança Institucional

José Luiz Corrêa da Silva

Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à pessoa com deficiência

Pricilla Azevedo Barletta

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

Jorge Gonçalves da Silva

Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília

André Moura

Procuradoria Geral do Estado

Marcelo Lopes da Silva

PARTICIPANTES

Abel Roberth Junior
Adriana Homem de Carvalho
Aguinaldo Balon
Alberto Junqueira
Alex Ribeiro Gomes
Alfredo Coutinho
Aline Bulé
Aline dos Santos Machado de Jesus
Aline Inglez de Souza Dias
Amadeu da Costa Rodrigues
Anabela Fernandes de Sousa
Ana Fernanda Batista Coelho
Ana Maria Alemão Montandon
Ana Paula Barreto
Ana Paula Vasconcellos
Andersom Messias Silva Fagundes
André Chelfo
André Luiz Camacho Telo
André Luiz Siqueira de Aguiar
André Schmidt
Andréia Cunha Baptista
Andreia Oliveira Trein
Ariane Olczewski
Beatriz Cari
Bruno Schettini Gonçalves
Carina Teixeira

Carla Maria Pacheco da Nóbrega
Carlos Eduardo P. e Albuquerque
Cássio Henrique Yai
Ceres Albuquerque
Claudia Maria Mello
Cláudio Henrique
Claudio Rosa
Cléa Maria Regis dos Reis
Cristiana Aguiar
Cristiano Rufino Sandes
Danilo de Andrade
Danilo Gonçalves Costa
Dayse Muller Fernandes
Débora de Moura Calile
Diego Donato
Edson Teramatsu
Eduardo Duprat Ferreira de Mello
Elaine Maria da Cunha Peres
Barcelos
Emanuel Rodrigues de Vargas
Emmanuel Antonio Rapizo
Magalhães Caldas
Euler Lucena Tavares Lima
Fabiana Alves da Silva
Fábio Cardoso Júnior
Fábio Viñolo Moreira

Fernanda Cunha
Fernando Azeredo
Fernando Giambroni
Fernando Gouveia de Holanda
Filipe Quaresma
Florisvaldo Moro
Francisco Vicenildo Medeiros
Gabriela Von Beauvais da Silva
Gilson Sebastião Nogueira
Grazielle Cruz Amaral
Gustavo Kulnig
Halph dos Santos Pires
Henrique Tenenbaum
Hudson Gustavo de Souza
Iran Pires Aguiar
Isabela de Jesus da Silva
Izabel Cristina G. de Souza Amaral
João Carlos Mariano Santana Costa
João Henrique Marques da Silva
João Roberto Cardoso
Jorge Luiz Augusto de Melo
Jose Carlos Silva Gioseffi
José Roberto dos Santos Clemente
José Roberto Silva
Julian Costa de Araujo
Juliana Curvacho Capella

Julio Cesar Soares
Julio Ferraz
Karla da Silva Alverca
Katia Maria Monteiro Tavares
Kristiano de Souza Jotta
Leandro Caldas
Leandro Matieli Gonçalves
Leandro Oliveira
Leonardo D'Andréa Vale
Leticia Alves dos Santos
Letícia Rodrigues Oliveira
Luana Abreu dos Santos Lourenço
Luciana Avallone da Costa
Luciana R. Machado Resende Obrecht
Luciano Salviano de Sales
Luiz Carlos Ananias Junior
Marcelo Santini Brando
Marcia Regina Pimentel
Marcio dos Santos Valente de Oliveira
Marco Antônio da Costa Vieira
Marcos Godoy
Marcus Castro Nunes Maia
Maria Auxiliadora Villar Castanheira
Maria José de Faria
Mauricio Ferreira
Mauro Rodrigues Rocha Filho

Max William C. Moreira de Oliveira
Mayna Coutinho
Mayra Machado Costa
Monica Almeida
Mônica de Souza Araujo
Monica Porto
Nice Santos de Carvalho
Orlando de Souza Pereira
Paola Cristina Cardoso Moura
Patrícia Silva
Pedro de Moraes
Pedro Ivo Coelho Ortolano
Rafael Alves da Silva
Rafael Menezes
Raphael Montenegro
Raul Penna
Rebecca Cabral
Ricardo Mathias
Ricardo Tavares Fernandes
Robson Santos
Rodrigo Carvalho
Sergio Almeida
Sergio Rabello
Soraya Francisco
Suzana Magalhães Campos
Tábata Conceição Vianna

Tadeu Silva
Tânia Mara
Tatiana Souza
Thaís Fernandes
Thaís Helena Henriques Chaves
Thaís Laque Barbosa da Cunha
Thales Nogueira Braga
Thiago Fernandes Pacheco
Thiago Lorangeira
Vinícius Reis
Waldemar Magnavita
Walter Jobé
Wellington Luiz Santos de Souza
William Fenton
Williany Vieira Marques

EQUIPE TÉCNICA

Subsecretária Geral da Casa Civil e Governança

Mayra Sousa Silva Santos

Assessor Chefe do Laboratório de Aceleração da Eficiência Pública

Enzo Mayer Tessarolo

Assessor Criativo

Artur Kjá

Design Gráfico

Isadora Hertz

Equipe Técnica

Carlos Eduardo Fernandes Marcondes

Diogo de Oliveira Coelho

Isabel Martins Sá

Mayumi Miyamoto

Colaboradores

Ana Beatriz Leal

Augusto Gavioli

Gustavo Pontual

Superintendência de Planejamento - PPA

Rafael Ventura Abreu

Larissa Montenegro

Débora Sader

Fotos

Carlos Magno

Matheus Carvalho

Acervo Fundação Biblioteca Nacional



RIO NOVA MENTE

O ESTADO EM 2025

PLANO ESTRATÉGICO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2020 - 2025

LA
EP | LAB
aceleração
EFICIÊNCIA
PÚBLICA



Secretaria da
Casa Civil e Governança



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

